

ZERRO

FLORIANÓPOLIS, 24 DE JUNHO DE 1991 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - ANO IX, N: 3

42 universidades federais param

CONTRA A M.P. 269



A GREVE QUE A IMPRENSA NÃO VÊ

Cobertura completa nas páginas 4, 5, 6, 7 e 16

QUATRO ENTREVISTAS EXCLUSIVAS

Com Hélio Bicudo, Aldo Arantes, Cida Moreira e Villas-Bôas Corrêa

Você encontra nas páginas 2, 3, 15 e na central

Condenados: Justiça e latifúndio

Foi realizado no dia 7 de junho, no auditório da Fecesc o primeiro debate público promovido pelo Fórum Permanente contra a Violência e a Impunidade no Campo e na Cidade, com o tema **Violência no Brasil Hoje**. Os debatedores foram o deputado federal Hélio Bicudo (PT/SP), Aldo Arantes, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e frei Sérgio Gorgen, assessor do movimento sem-terra do Rio Grande do Sul.

O fórum foi criado no dia 22 de abril deste ano, pelo deputado estadual Vilson Santin (PT/SC), preocupado em levantar dados sobre a violência e impunidade no Estado, a defesa dos direitos humanos e a promoção de atividades de divulgação e debates contra a violência. Durante o evento e na entrevista coletiva dada à imprensa os três convidados denunciaram a

É a opinião unânime de Hélio Bicudo, Aldo Arantes e frei Sérgio Gorgen

difícil situação que atravessam líderes sindicais, agricultores e as crianças de rua com o aumento da violência. Todos três criticaram a Justiça e o latifúndio.

Frei Gorgen deu um relato do sofrimento das pessoas no campo e das crianças que morrem às dezenas nos acampamentos de sem-terras. Criticando a justiça, usa como exemplo o caso de quatro agricultores gaúchos que estão presos há dez meses em Porto Alegre sem provas reais.

“A justiça achou quatro agricultores no meio de 400, mas para achar um policial assassino no meio de dez colegas, ela não chegou a lugar nenhum” protesta. E acrescenta:

— A prisão política é muito sofrida para esses quatro trabalhadores, que não tinham sequer militância sindical, enquanto grandes assassinos estão soltos por aí. A repressão é usada somente contra os agricultores que lutam justamente pela reforma agrária.

O debate teve a presença de várias entidades e aproximadamente 250 pessoas. Foram lançados três livros: **Uma foice longe da terra** de Frei Sérgio Gorgen, **Vidas em risco** do Ibase e **Movimento de meninos e meninas de rua e Espinhoso caminho para a liberdade**, que relata os conflitos no campo em 1990.

Victor Carlson

Justiça só está a favor das elites

Zero — Quais os argumentos que serão utilizados para que a população se posicione contra a pena de morte?

Hélio Bicudo — Eu acho que o principal argumento é o de que a pena de morte vai atingir exatamente o povo. Nós temos uma sociedade em que a concentração de renda está nas mãos de poucas pessoas e a maioria do povo não participa dessa renda nacional. E é esse povo que vai ser o sujeito da pena de morte. Na medida em que o povo perceber que a pena de morte é dirigida contra ele e não a favor dele — ou seja, ela vai ser mais um instrumento de opressão contra o próprio povo — evidentemente que ele vai, mais esclarecido, votar contra a pena de morte.

O que está se fazendo para que a população se posicione contra a pena de morte?

H.B. — É uma tentativa de mobilização do povo através das entidades civis, dos partidos políticos de esquerda, dos sindicatos e sobretudo da Igreja. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está se organizando para esse esclarecimento numa dimensão maior.

Afinal de que lado está a Justiça brasileira?

H.B. — A Justiça brasileira está onde ela sempre esteve: a favor das classes privilegiadas.

O que é necessário fazer para que este quadro se reverta?

H.B. — Precisamos democratizar o país. Eu acho que a democracia é o fermento das grandes alterações que nós devemos passar para que este quadro de restrições do ponto de vista, social, econômico e político possa ser realmente equacionado e as pessoas possam viver com liberdade.

O que você acha da atuação da Imprensa diante dos casos de violência no campo e na cidade?

Hélio Bicudo — Eu acho que a Imprensa,



Bicudo: televisão amplia violência além do real

Pena de morte? A vida, a dignidade da pessoa são inalienáveis

principalmente a mídia eletrônica, tem feito uma propaganda da violência há mais de 10, 20 anos e tem influenciado no julgamento do povo, relativamente à questão da pena de morte. O povo está sofrendo a violência muito mais de perto porque ela se reproduz através dos meios de comunicação. Ela tem uma aparência muito mais dilatada do que realmente é, e isto intimida o povo e ele quer uma solução. Para essa população desinformada do que é a pena de morte, que ela parece ser a solução.

Qual é a posição do Congresso Nacional em relação ao plebiscito?

H.B. — É difícil dizer o que vai acontecer. Mas, há uma tendência no Congresso em aprovar o plebiscito sobre o argumento de que ele é uma forma democrática de fazer com que o povo se manifeste, quando, na verdade, não é. O povo, em geral, não tem condições de ditar restrições aos direitos fundamentais das pessoas. Isso é uma ditadura, tanto quanto a ditadura das minorias. As maiorias também podem exercer uma ditadura. No caso, elas podem exercer através destas consultas.

E no caso de uma eleição? O candidato também não está sob julgamento da população?

H.B. — A eleição é o julgamento de um candidato. O plebiscito é uma manifestação popular a respeito de um fato. As pessoas não estão em julgamento. Está em julgamento uma determinada posição.

Seria mais perigoso, então...

H.B. — É, eu acho que não tem sentido você expor à maioria direitos fundamentais de uma minoria. Estes direitos são intocáveis. A vida, a dignidade da pessoa são inalienáveis. As pessoas nascem com elas e ninguém pode tocar.

Entrevista: Ana Cláudia Menezes

Rio Maria: onde o crime compensa

Rio Maria, cidadezinha fincada no sul do Pará, tem mais de um cemitério. Não porque tenha muito habitantes, eles não devem ultrapassar os 30 mil, mas porque lá se morre muito. Não de morte natural, do cólera, doença que ataca os estados vizinhos ao Pará, mas de assassinato mesmo. As suas vítimas geralmente são sindicalistas, padres ou simples defensores da reforma agrária. Mas é o número suficiente para que Rio Maria, distante 700 km de Belém, construa a cada ano um novo cemitério.

"O Sul do Pará é uma terra de ninguém", comenta o ex-deputado Aldo Arantes, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Os pistoleiros de Goiás, estado

Custo para matar: colono, Cr\$ 150 mil. Advogado sai por 300. Padre, é 500 mil

pelo qual Arantes foi eleito, são autores de pelo menos 30% dos assassinatos no Pará, Tocantins, Rondônia, Minas Gerais e Mato Grosso. "A ação dos mandantes é muito eficiente. Os latifundiários agem impunemente", reconhece.

O sistema é tão eficiente que os pistoleiros têm até tabela de preços. Em março deste ano, para matar um agricultor, o mandante

deve desembolsar Cr\$ 150 mil. A morte de um advogado sai por Cr\$ 300 mil e de um padre Cr\$ 500 mil, até chegar na morte mais cara, a de um deputado, que pode custar em torno de um milhão de cruzeiros.

As mortes causadas pelo latifúndio não param. Impulsionado pela violência no campo, o Congresso Nacional criou no mês de maio uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os casos de desrespeito e de impunidade. Dos onze membros que compõem a CPI, a deputada federal Maria do Socorro Gomes (PC do B Pará), vice-presidente da Comissão, denuncia que oito são de "partidos conservadores", incluindo fazendeiros e proprietários de grandes extensões de terra.

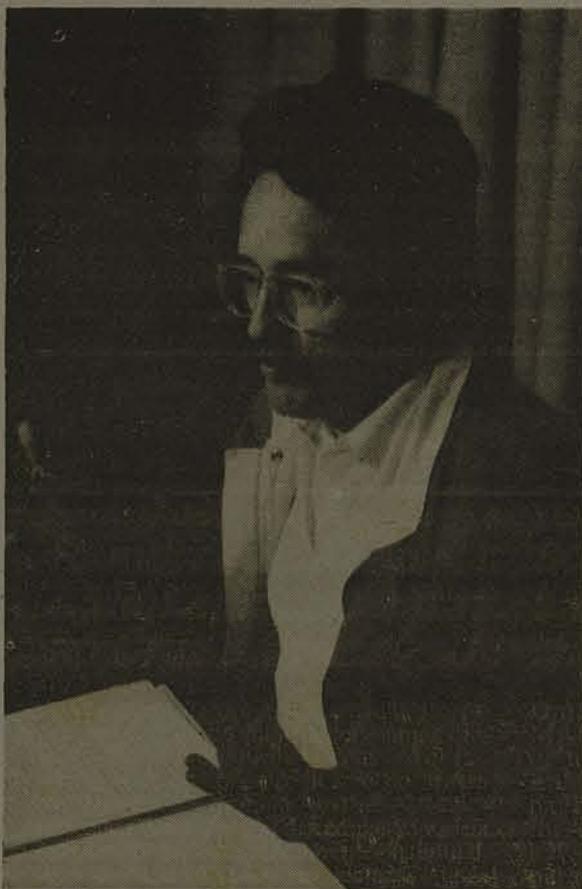
Cinco assassinatos em 10 meses...

Zero — Mesmo com uma CPI da violência no campo formada em sua maioria por grandes fazendeiros, quais foram os resultados obtidos até agora?

Aldo Arantes — Eu não tenho acompanhado detalhadamente o trabalho da CPI pois não estou exercendo o mandato federal, mas eu sei que há pessoas comprometidas com a luta dos trabalhadores e da Reforma Agrária, particularmente a deputada Socorro Gomes, do meu partido, o PC do B. Esta CPI, será, no mínimo, um fórum onde serão discutidas as questões da violência no campo. Estas CPIs têm a sua eficácia limitada pela composição dos partidos, porque são formadas com base na correlação de forças existentes no Congresso Nacional, então, inevitavelmente, a composição da CPI é conservadora, que é o perfil do Congresso Nacional. Mas o simples fato da instalação de uma CPI para análise deste tipo de questão é positivo. Isto permite que os representantes do PC do B, do PT, do PSB possam fazer as denúncias e exigir providências.

Como está o andamento dos processos dos acusados dos assassinatos de sindicalistas no sul do Pará?

A.A. — Evidente que há uma tentativa e um grande esforço de tentar cercear o andamento desses processos. No caso específico do processo do Expedito (Expedito Ribeiro de Souza, morto no dia 2 de fevereiro de 91), em que eu atuo como assistente de acusação, no dia 7 de maio se obteve a sentença de pronúncia. Jerônimo Alves de Amorim, acusado de ser o mandante está preso e deve ir ao tribunal de júri. Foi efetivamente uma vitória. O Jerônimo é um fazendeiro, ligado à UDR do sul do Pará e com elementos suficientes para indicar a sua responsabilidade como mandante do crime. Também estão presos o intermediário e o pistoleiro. É importante que se diga que os advogados do Jerônimo e dos demais participantes neste assassinato trabalham no sentido de liberar, sobretudo, o Jerônimo. Eu tenho informações recentes de que o advogado dele e o genro estão tentando no Tribunal de Justiça do Pará, assegurar sua libertação. Se sabe de um processo de corrupção que envolve 30 milhões de cruzeiros. É evidente que nós sabemos que se ele for libertado não haverá júri porque o júri só pode ser feito com a presença física do réu. Estamos lutando contra a concessão desta liberdade, pela manutenção da sentença de pronúncia e também pelo desaforamento do processo do Jerônimo para Belém, porque conside-



Arantes: procurador-geral pediu intervenção federal

Fazendeiros querem a morte de toda direção do sindicato

ramos que em Rio Maria não há as condições mínimas para que se possa fazer o julgamento com um certo grau de isenção e de seriedade. O latifúndio na região é extremamente organizado: eles não agem isoladamente, agem em grupo, tomam decisões coletivas, fixando listas de marcados para morrer. A ousadia é tremenda, tanto assim que num período de dez meses, eles assassinaram cinco dirigentes sindicais, quer dizer, pessoas destacadas na luta sindical de Rio Maria. O assassinato de Expedito se deu no dia 2 de fevereiro. Poucos dias depois eles tentaram assassinar Carlos Cabral, o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Você tem o nome de outros sindicalistas e pessoas envolvidas na luta pela Reforma Agrária que estão marcadas para morrer?

A.A. — Todos os que estão à frente do Sindicato de Rio Maria estão na lista dos marcados para morrer. Não só o Carlos Cabral, mas também o padre Ricardo, o Roberto, a deputada Socorro Gomes, o ex-deputado Ademir Andrade. Na verdade, o sul do Pará é uma terra de ninguém. Tanto assim que o Procurador-Geral da República, diante da gravidade dos fatos na região pediu a intervenção federal no Pará. Mas até agora, o Supremo Tribunal Federal não julgou.

Você acha que se a pena de morte for aprovada, os mandantes de crimes contra trabalhadores serão punidos?

A.A. — Primeiro, eu sou contra a pena de morte. Eu acho que ela não é a solução para a criminalidade. Além disso é inconstitucional pois há dispositivos na Constituição contra a incorporação da pena de morte. Nós sabemos muito bem que numa sociedade como a nossa, dividida em classes, com a justiça com caráter eminentemente classista, quem vai ser objeto da pena de morte serão os trabalhadores, os pobres. Em hipótese alguma, um latifundiário seria preso se esses homens hoje não são sequer presos, imagina se eles seriam objeto de condenação à pena de morte. Na verdade, é um instrumento da manipulação que as classes dominantes fazem no sentido de que este instrumento se some contra o povo pobre, contra os trabalhadores.

**Texto e entrevistas:
Ana Cláudia Menezes**

Servidores pararam no dia 5

Adesão nunca foi tão alta: 95%

"A UFSC parou... parou para não morrer", dizia o cartaz na mão de um servidor da universidade durante um ato público contra a política salarial do governo Collor.

Os servidores da UFSC estão de greve desde o dia 5 de junho. A adesão vem sendo considerada ótima pelo comando local de greve. Noventa e cinco por cento dos servidores estão parados. Nacionalmente as adesões chegam a 90%. E já somam 37 universidades federais onde os servidores cruzaram os braços. Para Helena Dalri, presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (Asufsc), os números estão surpreendendo: "Nas greves anteriores geralmente as adesões dos servidores não passavam de 40 ou 50% em todo o país". Para ela "o pessoal finalmente está vendo que não dá mais para agüentar a situação do jeito que está".

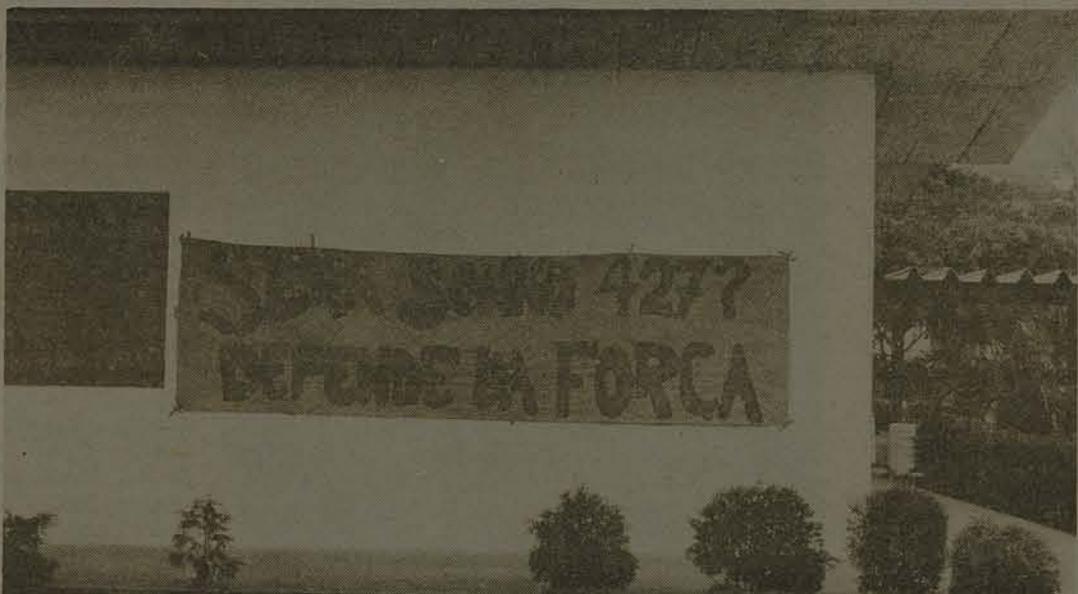
A principal reivindicação dos grevistas é reposição salarial de 420,19% reajuste necessário para que seja recomposto o poder de compra de seus salários. Os servidores ganham hoje o equivalente a 20% do que ganhavam em janeiro do ano passado.

Eles lutam ainda por uma política salarial única para todos os servidores públicos federais e contra a isonomia parcial que foi proposta pelo governo, que exclui os servidores das universidades do reajuste concedido aos demais servidores públicos federais.

Outras 26 reivindicações foram entregues ao governo federal. As negociações, no entanto, estão sendo feitas via congresso nacional, o que não agrada o Comando Nacional de Greve, que prefere a discussão direta entre o governo e sindicatos, como é assegurado por lei. "O governo é o único responsável pela



Esta cena se repete em 37 universidades federais



O cartaz provoca: sem mobilização, qualquer índice vira sonho

greve. Só quem pode conseguir o fim do movimento é ele mesmo, se quiser negociar conosco", acredita Helena.

Conforme a presidente da

Asufsc, enquanto o processo de negociações não se define e o objetivo dos servidores da universidade não for alcançado, a greve irá continuar por

tempo indeterminado. "Se dependesse de nós, a greve não teria começado, mas não tínhamos outro caminho a seguir", resume Helena.

Quando não há nada a perder

A ala C do Restaurante Universitário (RU), nunca se viu tão animada como no dia 13 de junho. Os servidores e professores da UFSC se reuniram em assembléia para discutir a situação das negociações e atividades da greve na universidade. Mais de trezentas pessoas estavam presentes. Depois da Assembléia os servidores da UFSC fizeram uma pequena concentração no gramado em frente ao RU e partiram em caminhada até o centro da cidade. Levavam bandeiras, faixas, cartazes e apitos, e também, acima de tudo, a esperança de um futuro melhor. "Já não corremos mais risco algum", comenta Helena Dalri, presidente da Asufsc. "Nosso problema maior é a defasagem no salário. Tudo o que aparecer daqui pra

frente não vai caracterizar nenhuma ameaça para nós. Já não temos mais nada para perder mesmo..."

A caminhada foi um manifesto contra a política do governo, a inflação, o arrocho salarial e o abandono da educação. Para chamar a atenção da população aos problemas e riscos que a UFSC enfrenta, eles distribuíram três mil manifestos em forma de diploma, denunciando o descaso do governo com a universidade.

Na praça XV os manifestantes encontraram-se com outros servidores públicos federais, para realizar um ato conjunto. Inicativas semelhantes ocorreram em todo o País.

Textos: Nelson Correia

Avaliação da confusa proposta

"Embora o governo tenha obtido vitórias na discussão de constitucionalidade da MP 296, há que se levar em conta dois pontos:

1) No legislativo, a vitória se deu pela retirada da bancada governista do Plenário, negando quorum para a votação. Por outro lado vale ressaltar que 90% dos votos foram pela inadmissibilidade.

2) No STF não foi concedida a liminar, porém, as posições dos ministros ressaltaram os aspectos inconstitucionais da MP 296 por excluir mais de 40% dos SPFs.

Nos dois casos a tramitação seguirá seu curso normal. Estas posições podem levar o MEC a abrir negociações com o movimento. Neste dia 13, a Fasubra-Sindical e a Andes-SN receberam oficialmente a proposta de tabela do MEC com os pisos e tetos já divulgados.

A análise preliminar feita pelo comando de greve conclui que:

1 - Há rebaixamento salarial nas 10 primeiras reterências de cada grupo, devido a nova sistemática de pagamento da complementação da lei 7995.

2 - Há compressão da tabela com consequências desastrosas na estrutura da carreira, causando inclusive inversões hierárquicas.

3 - Perda do step histórico de 5%.

Conclusão inicial da proposta, sem prejuízo da análise completa, que o CNG fará, aponta de imediato a necessidade de sua rejeição.

Tal linha é reforçada pela posição da Andifes que se manteve firme na defesa do documento entregue por ela ao MEC e ratificou sua vontade de expressar as posições conjuntas do movimento.

O CNG - Fasubra aponta que é fundamental fortalecer cada vez mais a nossa greve, colocar o movimento nas ruas, rompendo o bloqueio da mídia e interagindo com a sociedade, buscando a unidade do setor da educação, sem prejuízo das outras ações unificadas.

Na linha da radicalidade o CNG solicita avaliar: acampamentos da Demec, Universidade vá à rua e caravana a Brasília. Com estas ações o CNG avalia estarmos dando passos decisivos para a nossa vitória".

Contra salário baixo, greve forte

Assim param 42 universidades. E vem mais

Desde o dia 7 de junho os professores da UFSC estão paralisados. Dia 5, na maior assembléia dos últimos tempos, mais de trezentos professores decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A resolução respeita a

legislação em vigor, que exige uma comunicação formal ao patrão (reitor), com 48h de antecedência.

A reposição salarial é a principal reivindicação. Os discursos foram unânimes: o atual salário é uma vergonha. "É constrangedor ter de escolher entre pagar o aluguel ou arrumar os dentes", disse um professor na assembléia.

O presidente da Apufsc, Marco Da Ros, revela que a gota d'água foi a medida provisória do Executivo, preven-

do aumento aos servidores públicos federais sem incluir os professores. Destaca também que "esta é a melhor hora para a paralisação: juntamos nossas forças com os outros servidores, para lutar contra a política de arrocho, recessão e desemprego imposto pelo governo."

Sobre as perdas salariais, Da Ros afirma que durante os treze meses de governo Collor a perda é de 149%, e que adicionada a perdas anteriores resulta em 349% de de-

fasagem. Para ele, a batalha por melhores salários vai ser em Brasília, e para isso já estão lá representantes do movimento, e na hipótese de uma greve prolongada, anuncia que haverá a possibilidade da ida de dez representantes com a função exclusiva de pressionar o Congresso.

Marcelo Cassetari



Recado curto e grosso

Causas: projetão MP 296, arrocho, falta de recursos

Há dois meses atrás, o Ministério da Educação apresentou um "Projetão" que, entre outras medidas, pretendia transferir o dinheiro gasto nas Universidades Federais para o ensino primário. Estava consolidado um bom motivo para uma greve nas universidades.

Para conseguir autonomia financeira, as Universidades teriam que cobrar uma mensalidade, como em qualquer instituição de ensino privada, ou utilizar a mão-de-obra dos estudantes gratuitamente. Traduzindo, os ricos pagariam a fiança, enquanto os pobres precisariam cumprir a pena.

Além desse, outro fato motivou a paralisação dos professores foi a política salarial instituída pelo governo, que excluiu da tabela de reajustes, os professores e funcionários de universidades. Após várias tentativas de negociação sem resultados concretos, a greve foi deflagrada no dia 7 de junho.

A adesão é de 95% dos professores na UFSC, e o próximo objetivo dos grevistas é a derrubada da Medida Provisória 296, que instituiu diferenciação de salários entre civis e militares. O mais importante, no entanto, é conseguir a abertura efetiva do processo de negociações entre o governo e os sindicatos.

"O trabalho em bloco, entre professores, servidores e estudantes, é que fortalece o movimento" diz Marco Da Ros, presidente da Apufsc (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina). O que lhe preocupa é a posição dos alunos, "o estudante não se deu conta da gravidade do problema, senão a adesão seria maior", afirma.

Depois da assembléia realizada dia 13, a avaliação do movimento traz resultados positivos. "As pressões realizadas, as audiências com parlamentares e um canal aberto para negociações, foram um grande avanço" relata o presidente da Apufsc. E, quando indagado sobre a perspectiva de duração da greve, Marco da Ros conclui: "Não há perspectiva, não tem porque terminar".

Sara Caprario

Enfim uma greve nacional mesmo

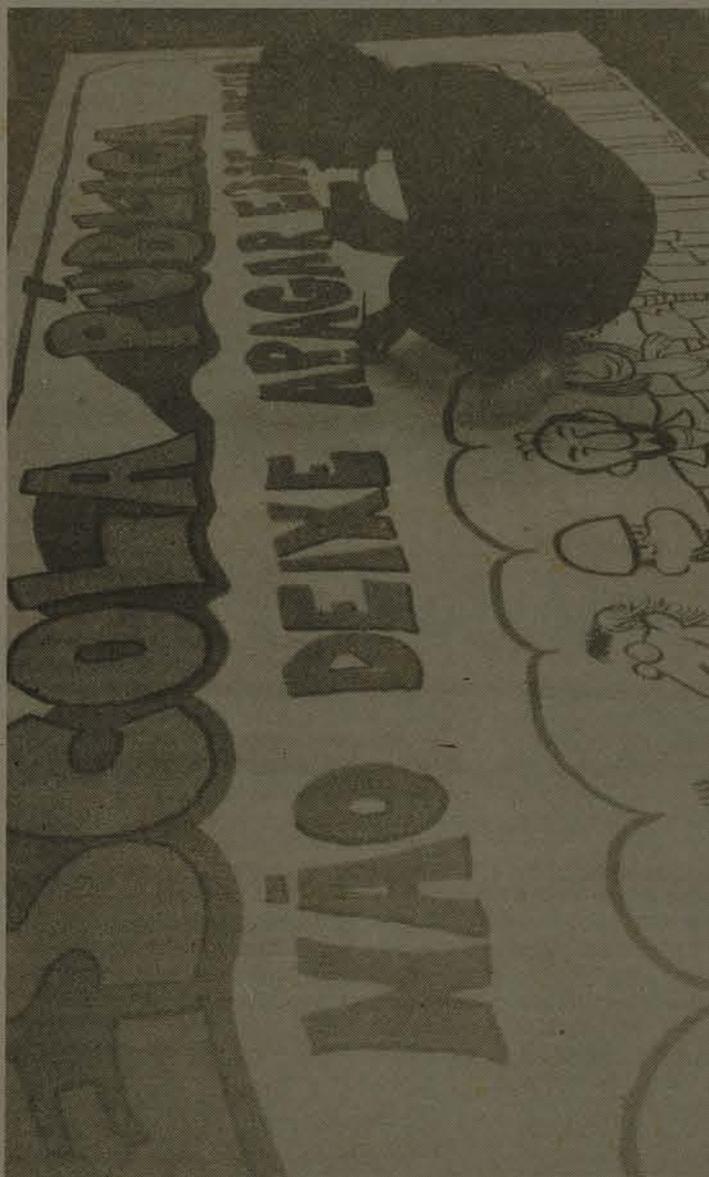
Em 10 dias dobrou o volume de paralisação

O Comando de Greve local, em reunião no dia 17, avaliou o movimento e as medidas que estão sendo tomadas pelo Comando Nacional de Greve.

"A partir do início de junho, os professores em AG's representativas na maioria das AD's deliberaram por greve da categoria. De um total de 21 AD's que entraram em greve dia 5 de junho, hoje somam 42, onde a greve é, segundo o Comando Nacional, firme, coesa e de fácil adesão, não ocorrendo entre os professores oposição significativa. A greve também tem se consolidado na categoria dos servidores técnico-administrativa. No restante do funcionalismo federal a greve é forte na Previdência e, na última plenária dos SPFs, os relatos apontam o crescimento do movimento.

Das reivindicações que unificam o movimento como uma política salarial isonômica para o conjunto dos servidores civis e militares que reponha as perdas acumuladas, e defesa do patrimônio público, nenhuma vem recebendo tratamento satisfatório do governo que insiste em fragmentar a categoria com propostas diferenciadas de reajuste e tabela salarial, em franco desrespeito à Constituição. Nas reivindicações específicas, o MEC acena com a possibilidade de realização de concurso público, na proporção de vagas geradas por aposentadoria, invalidez e outros, que se realizado contempla em grande parte o item 3 da nossa pauta de reivindicações. Os demais pontos, inclusive verbas para as IFES permanecem sem resposta, apesar da insistência do comando nas audiências.

Sectores importantes da sociedade reconhecem a legitimidade da greve e mostram-se sensíveis



Privatização aqui não

às nossas reivindicações, como é exemplo a votação da Câmara dos Deputados contra a MP 296, que apesar de não obter votos suficientes para ter declarada a sua inadmissibilidade, forçar o governo a retirar do Congresso as bancadas situacionistas, empurrando o problema para o momento de votação do mérito da

medida. Neste sentido a imprensa tem noticiado que cresce o descontentamento da bancada governista com o Executivo num quadro que força o governo a negociar com o Congresso favoravelmente as demandas dos SPFs. No STF a liminar exigindo a inconstitucionalidade da MP 296 não foi acatada. No entanto,

a maioria dos ministros do Supremo tem declarado a sua inconstitucionalidade que ainda vai ter seu mérito julgado. As administrações das IFES, através da Andifes, manifestam-se favoravelmente às reivindicações de professores e servidores e a maioria dos Conselhos Universitários têm se manifestado favoráveis ao movimento.

Na semana passada o MEC propôs ao Comando Nacional de Greve uma tabela salarial, que além de apresentar um reajuste muito aquém das nossas perdas salariais, provoca o afundamento e a consolidação de distorções no nosso plano de cargos e salários. Ao apresentar esta tabela o MEC declara que qualquer alteração na mesma tem como limite o impacto financeiro desta, demonstrando a falta de autoridade do Ministério para desenvolver a negociação.

A greve passa por um momento importante, onde é fundamental a ação no Congresso Nacional que inicia esforço concentrado na terça-feira, dia 18, na perspectiva deste apresentar Projeto de Conversão à MP 296, que contempla às reivindicações dos SPFs. A nível específico, ação junto ao MEC/SAF para atendimento dos demais pontos da pauta de reivindicação e para a elaboração de uma tabela que corresponda às conquistas dos docentes em sua carreira, estendendo os limites dessa ação uma vez que o MEC não se apresenta enquanto interlocutor com poderes de decisão.

Os três elementos para a consolidação da greve estão evidentes:

As causas (o arrocho salarial, a falta de recursos financeiros e de pessoal); ** viabilidade de se fazer a greve (a adesão ao movimento, a mobilização das categorias o momento político); viabilidade de se obter vitória (desgaste do governo junto à sociedade, sensibilidade dos parlamentares que pressionam à negociação, sinais de flexibilidade do governo, fruto do atual quadro de isolamento)

Escolas técnicas aderem

E somam 14 unidades em todo País

Isonomia e reposição salarial também levaram a Escola Técnica Federal a parar suas atividades desde o dia 7: entre os professores o nível de adesão foi total e entre os técnicos administrativos em torno de 70%. Eles se somam a um quadro nacional que já paralisou 14 Escolas Técnicas

Federais. O movimento reivindica também melhores condições de ensino, através da contratação imediata de professores substitutos, aquisição de novos equipamentos e da ampliação do espaço físico dos laboratórios.

"O corpo docente está completamente paralisado" diz Marcos Neves, presidente da Associação dos Servidores e Técnicos de Laboratório da ETFSC, "mas o que nos preocupa é a não adesão ao movimento dos técnicos administrativos operacionais. Eles estão muito sujeitos a pressões por parte dos chefes e po-

dem ser facilmente demitidos ou punidos com trabalhos mais pesados" completa. Para ele "o andamento do movimento depende das negociações com o MEC e do reconhecimento da greve por parte do governo". Marcos alerta que a defasagem salarial é de 390%, acumulada pela ausência de reajuste desde janeiro.

A idéia colocada por seu comando é que se estabeleça uma pauta conjunta para os servidores federais e que ao mesmo tempo cada categoria reivindique suas aspirações específicas. Nessa linha de ação se insere a proposta da Assembléia Unificada

dos Servidores Federais, não-debaterativa, realizada dia 20 na ETFSC com o objetivo de definir um comando de greve único. Marcos Neves teme que a greve não dure muito em sua unidade pois acredita que "não temos condições de sustentar o movimento a longo prazo". Além do pessoal que não aderiu há a expectativa silenciosa de quatro mil alunos:

— Nós apoiamos o movimento dos professores, mas queremos que a situação se resolva logo, revela Sheila Siebert, estudante da quinta fase.

Monica Linhares



Para-grevis seguem a cartilha dessa turminha aí

Udesc tem menos salário do País

A Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina — (Udesc), também está em greve. Seus professores e servidores, em assembléia realizada no dia 13 de junho, decidiram parar suas atividades por tempo indeterminado.

Sua principal reivindicação é a criação de uma política salarial. Eles pedem também uma reposição de 249%, que é a perda que vem sendo sofrida desde novembro de 1989. "Estamos ganhando o equivalente a 1/4 do que ganhávamos naquela época", diz Andreas Kneip, do comando geral de greve.

Entre suas reivindicações incluem a criação de um plano de cargos e salários e a efetuação dos pagamentos em dia, de acordo com a constituição. Os professores pedem também para o Estado, uma maior autonomia para a Udesc e melhores condições de trabalho, que segundo a comissão de greve, atualmente são muito precárias.

A Faculdade de Engenharia de Joinville - FEJ, situada num dos três campus da Udesc no estado, foi a primeira a parar. Ela é uma das que mais sofre com o desleixo do governo estadual. A maioria dos laboratórios da FEJ se encontram sucateada e são poucos os investimentos em ciência e tecnologia. Isso, dificulta o ensino, a pesquisa e a extensão, comprometendo a capacidade dos profissionais lá formados.

Segundo Andreas Kneip, que também é

professor da FEJ, a greve começou de forma imprevista. "Os professores da FEJ se reuniram no dia 6 de junho para discutir a situação da faculdade, não tínhamos a intenção de iniciar uma greve, mas nos sentimos tão ofendidos com nossos salários, que não tivemos outra escolha", conta.

Atualmente, 98% dos professores da Udesc em Joinville estão em greve. Os servidores que ainda não pararam se encontram em estado de greve e prometem parar no dia 21 de junho. Para Graça Soares, do comando geral, o movimento vem sendo conjunto em todo o estado. Em Lages as atividades estão totalmente paralisadas, tanto entre professores como servidores. Em Florianópolis, a Faculdade de Educação, onde foi instalada a sede do comando, também parou integralmente. A Faculdade de Educação Artística já está em estado de greve e vai aderir no dia 21 de junho enquanto a de Educação Física irá realizar uma assembléia no dia 17 para decidir se entra em greve. Os servidores da reitoria se encontram 100% parados.

A primeira parte das negociações começou a ser feita no dia 14 de junho com o reitor Rogério Brás da Silva. Ela diz respeito ao plano de cargos e salários. Segundo Andreas Kneip, a reitoria recebeu bem as reivindicações. "O reitor está entendendo que a nossa greve é justa e está se encami-

nhado de modo pacífico e responsável", acredita Kneip.

O comando de greve espera receber no dia 19, uma proposta da reitoria para o plano de cargos e salários e no dia 21 teve nova audiência com o reitor. Quanto às outras reivindicações, os grevistas pretendem negociar diretamente com o governo do estado.

A situação de seus funcionários também é delicada. Graça Soares e Sueli Beckauser, do comando geral, comentam que a Udesc é a universidade estadual que pior paga seus professores. Seus salários são os mais baixos do estado e estão entre os piores do país. "Recebemos menos que os professores da UFSC e de instituições particulares como a FURB de Blumenau e a Unisul de Tubarão. Só ganhamos mais do que na Universidade Federal do Maranhão. Até mesmo o magistério de primeiro e segundo graus no estado está ganhando mais que nós", desabafam indignadas. Andreas Kneip acrescenta que "muitos professores da Udesc estão sendo obrigados a se desfazer de seus bens para poderem sobreviver". E Graça Soares completa: "Não voltaremos às atividades enquanto nossas reivindicações não forem atendidas".

Melson Corrêa

Só alguns estudantes se mobilizam...

O principal assunto discutido na assembléia dos estudantes foi como atrair mais alunos da universidade para as mobilizações da greve dos professores e funcionários. A assembléia, realizada no dia 11, no auditório do Centro de Convivência, reuniu 36 representantes, em sua maioria dos Centros Acadêmicos (C. As), que chegaram a um consenso: "é preciso criar um fato político para atrair a atenção da opinião pública e dos estudantes".

Para alcançar o objetivo foram criadas as comissões de eventos e mobilização, de finanças, e de divulgação. A comissão de eventos e mobilização ficou encarregada de organizar a UFSC na praça, um telejornal ao vivo no largo da Catedral, executado principalmente por alunos do curso de Jornalismo.

No programa para esta greve também estão incluídas a confecção de faixas e painéis, palestras, shows, e "arrastões" diários às salas que ainda estão com aulas, para convocar professores e alunos para as atividades de greve de servidores públicos federais, em sua versão na UFSC.

Rogério Meckmann

... Mas fizeram o seu barulho: UFSC na praça

As mobilizações durante a greve reúnem professores, servidores e estudantes. Um exemplo de manifestação aconteceu na quinta-feira, dia 13, em frente à catedral, quando foi organizado o UFSC na praça.

Enquanto alunos do curso de jornalismo apresentavam um telejornal, com entrevistas e informações da greve, os estudantes de biologia demonstram pesquisas realizadas durante o semestre. O curso de Letras colaborou com a montagem de um varal literário, que atraiu a atenção de muita gente.

No final da tarde, com a chegada da passeata de professores e servidores, vinda da Universidade, houve a reunião das três classes em uma só manifestação. Muito barulho e protesto marcaram o final de mais um dia no centro de Florianópolis.

Sara Caprario

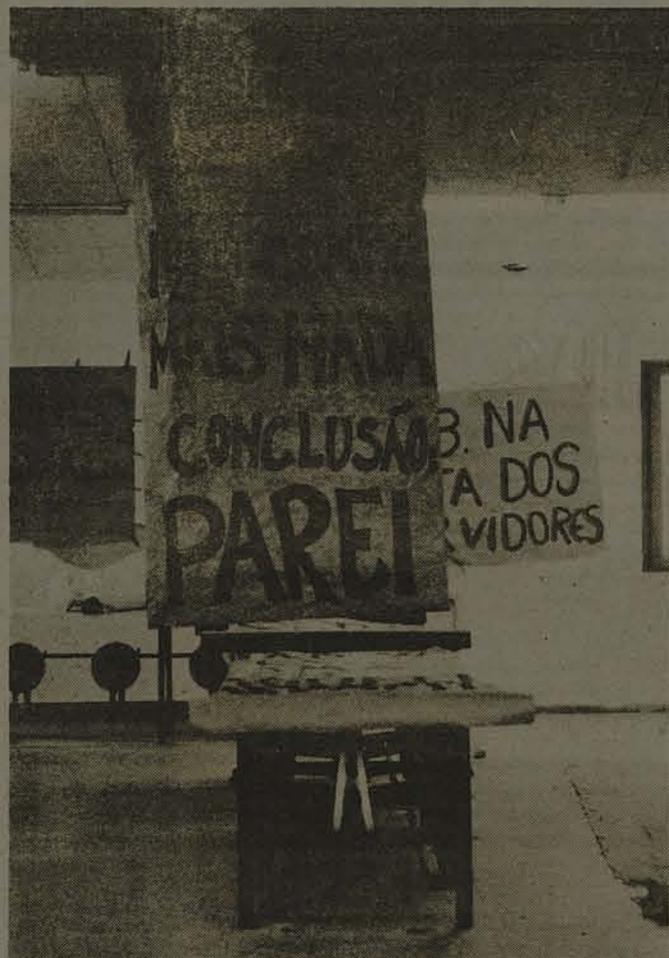
350 mil servidores gritam basta

No Estado já são 10 mil. E a imprensa ignora

A greve decretada no dia 5 de junho já apresenta seus primeiros resultados: mais de 350 mil servidores públicos estão paralisados em todo país. Só em Santa Catarina 10 mil funcionários públicos de vários setores já aderiram, entre eles, servidores e professores da UFSC, ETFSC, a Previdência, LBA e o Departamento Nacional dos Produtos Mineirais - DNPM.

As principais reivindicações são a reposição das perdas salariais em 355%, isonomia sem redução de salários, retorno imediato dos disponíveis e demitidos, cumprimento do artigo 240 e não ao projeto Cóltera, além da melhoria das condições de trabalho.

A adesão à greve em Santa Catarina vem sendo gradativa, pois os municípios esperam a posição da capital do estado para se pronunciarem. Florianópolis, no entanto, ainda aguarda uma decisão



Cartaz: meu salário fez greve, não compra mais nada

do governo federal. Roberto Colaço, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, afirma que a greve não depende da Medida Provisória 296, e arremata: "com a aprovação ou não da medida, a greve vai continuar até que as reivindicações sejam atendidas".

Na Previdência só estão sendo atendidos os casos de emergência, com os próprios servidores se encarregando da triagem. Roberto explica que essa atitude visa aproximar a população e evitar o confronto direto com o governo, já que "o objetivo da greve não é parar para prejudicar, e sim conscientizar a população".

Estão sendo produzidos vídeos, distribuição de panfletos e apresentação de grupos teatrais, numa tentativa de transmitir à população os objetivos reais da greve, evitando a informação parcial da grande imprensa.

Para Roberto, "a greve neste momento é uma necessidade tanto do ponto de vista salarial como da defesa do serviço público".

Patrícia Jacomel e Silvana Siebert

Retores dão apoio: "salário insustentável"

A Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes), divulgou o documento abaixo, em apoio a greve, que foi entregue ao Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, no dia 11.

"Instados pela gravidade do momento que vive a Instituição Federal do Ensino Superior, vimos até V. Exa. com clara consciência de que é preciso não deixar que este momento produza maiores males que os já produzidos.

A nosso ver, Sr. Ministro, a situação salarial do corpo docente é técnico-administrativo das IFES é insustentável e grave a sua repercussão na vida de nossas instituições.

Por isso, gostaríamos de ressaltar a premência da intensificação das negociações, que envolvam discussões das propostas com as entidades representativas dos professores e técnico-administrativos — Andes e Fasubra, sem prejuízo das estruturas de carreiras contidas no Puerce.

A Andifes, uma vez mais, quer afirmar sua disposição de colaborar com esse Ministério e com a Comunidade Acadêmica na busca de soluções que evitem um impasse."

Falta o STF julgar mérito da 296

Mas a MP inconstitucional pode passar ileso de novo pelos juízes

A primeira tentativa concreta de negociação entre o diretor de recursos humanos da Secretaria de Administração Federal (SAF) e a Coordenação Nacional dos Comandos dos SPFs em greve aconteceu quarta-feira 12, em Brasília. Maurício Teixeira, da SAF, não tinha nenhuma proposta de negociação. A proposta do governo já estava no Congresso, que era a polêmica Medida Provisória 296.

Na reunião, Maurício Teixeira disse que a SAF não reconhecia o Artigo 240 da Lei 8.112, que estabelece o direito de negociação coletiva dos servidores públicos federais, como garante a Constituição. A Lei 8.112 trata do Regime Jurídico Único (RJU), que foi um acordo entre o Congresso Nacional, servidores públicos e o governo federal. Maurício Teixeira disse que a SAF entrará com uma ação judicial questionando a lega-

lidade do artigo. Sobre a paralisação nacional, Teixeira disse que o governo pode utilizar a Lei de Greve contra o movimento, pedindo abusividade. A SAF quer aprovar com os servidores um regime de negociações, mas não fez nenhuma proposta de negociação salarial.

Injustiça — Dentro do Plano Brasil Novo, que o governo federal enviou para o Congresso Nacional no início do seu novo governo, está a Mensagem 209 que veio a ter o número de Projeto de Lei 910. Esse projeto trata das regras de reajustes dos vencimentos, soldos, proventos e pensões, dos servidores públicos federais. Na realidade, se trata de revisão geral de remuneração dos servidores públicos, que como diz nos termos da Constituição, deve ser feita na mesma data, sem distinção de índices entre servidores públicos federais civis ou militares. No entanto, o

Projeto de Lei fere a Constituição ao alegar ao Poder Executivo a atribuição de fixar a revisão geral, com possibilidade de diferenciação de índices e datas de reajustes. O PL depois de passar por comissões de análises entrou em plenária no Congresso Nacional, onde teria um prazo de 30 dias de tramitação normal para a votação. Contudo, o governo federal não esperou essa tramitação normal do PL 910, e começou a medida provisória 296 para o Congresso analisar e levar para a tramitação normal. A MP 296 é parte do PL 910, estabelecendo o reajuste em média de 30% para algumas categorias e nada para as outras, como servidores do In-cra, Ibama, Polícia Federal, Orçamento e Controle, CNPq e Tesouro Nacional.

Inadmissibilidade — O deputado federal Jamil Hadad (PSDB) entrou no Supremo Tribunal Federal com um pe-

dido de liminar para suspender os efeitos da MP 296. O STF rejeitou o pedido por 6 votos a 3. Agora o STF vai julgar o mérito da medida (constitucionalidade).

Como o pedido de liminar do deputado Jamil Hadad não foi aprovado, a oposição no Congresso queria aprovar a inadmissibilidade da MP, tentando impedir que ela tramitasse no Congresso para a tramitação com efeitos da lei. Eram precisos 252 votos para a inadmissibilidade da MP poder ser votada. O governo mobilizou seus líderes e promoveu o esvaziamento da sessão, que teve apenas 218 deputados. A inadmissibilidade não pôde ser votada, e a MP entrou por decurso de prazo no Congresso para a tramitação de 30 dias com efeitos de lei. Só a mobilização massiva pode alterar este quadro.

Ricardo Jacques

Pelegos do governo

Na quarta-feira, dia 12, foi realizado um novo esforço junto aos deputados federais no sentido de se obter o quorum necessário para que fosse votada a inadmissibilidade da MP 296. Eis os nomes dos parlamentares catarinenses que não compareceram à sessão do Congresso, obedecendo as ordens de Collor: Cesar Souza (PFL), Dejandir Dal Pasquale (PMDB), Hugo Biehl (PDS), Jarvis Gaidzinski (PL), Nelson Morro (Bloco), Orlando Pacheco (Bloco), Ruberval Piloto (PDS), Vasco Furlan (PDS). A Deputada Angela Amim compareceu ao Plenário, porém votou favorável ao governo.

Quem está acostumado com a opinião sensata, muitas vezes cautelosa, do cordial comentarista político Villas-Bôas Corrêa em sua coluna no Jornal do Brasil ou, mais recentemente, no vídeo da rede Manchete, certamente vai se surpreender com a franqueza desta entrevista exclusiva, concedida ao Zero no final de maio quando esteve em Florianópolis. Com a serenidade cultivada em seus 67 anos, dos quais 43 como repórter e analista da política, Villas-Bôas planta preocupações: temos um presidente autoritário, mas sem sustentação parlamentar. Temos um Congresso que perdeu a importância que tinha em seu início da carreira, porque além de desorganizado só tem "líderes de ficção e partidos de ficção". E se a aproximação entre Collor e Brizola é boa para os dois certamente dividiu a esquerda que passa a viver momentos de alerta. Para ele, esse quadro abre "perspectiva de crise muito grave". Este é o roteiro dominante dessa conversa que também fala de imprensa e do perfil do Brasil, hoje.

Zero — Por onde o repórter Villas-Bôas Corrêa começou a carreira?

Villas-Bôas Corrêa — Eu comecei a carreira em novembro de 1948, no jornal A Notícia, do Rio. Antes tinha apenas uma experiência muito superficial em imprensa acadêmica na Faculdade Nacional de Direito, colaborando eventualmente. Naquele tempo não havia escola de Jornalismo. Se você fosse admitido realmente pela empresa, ela lhe dava os documentos para que você retirasse a carteira de trabalho. Eu comecei a trabalhar alguns meses antes. Era um estágio probatório, um teste. Eu registrei a minha carteira em novembro de 48, e de lá para cá tenho trabalhado em imprensa ininterruptamente.

Z — Até a TV Manchete, empresa em que você trabalha atualmente, qual foi a sua trajetória?

V.B.C. — Eu sempre me considerei um repórter da imprensa escrita e foi aí que eu fiz a minha vida. Logo depois do aparecimento da televisão, em 1950, surgiu a moda dos programas políticos, de debates, entrevistas. Eu passei a ser convidado a participar de alguns desses programas, ou de graça ou mediante algum cachê. O primeiro contrato profissional que eu tive com a TV foi o Jornal de Vanguarda, de Fernando Barbosa Lima, produzido pela empresa dele. Comprava-se espaço nos canais de televisão e ali o jornal era produzido. Este jornal andou em várias emissoras da época: TV Tupi, TV Rio, TV Excelsior, TV Continental e ele morreu com o AI-5, morreu, porque nenhuma estação mais quis se arriscar a alugar o programa, naquele tempo e censura rigorosa, absoluta. O jornal e eu saímos do ar. Até que voltamos ao próprio Fernando, no jornal Abertura, programa semanal feito na TV Tupi. Este jornal encerrou quando a Tupi falhou, na época do governo Geisel. Depois eu fui convidado a fazer comentários, do tipo dos que eu faço hoje na Manchete, na TV Bandeirantes. Da Bandeirantes eu fui pra Manchete, onde estou há sete ou oito anos.

Z — O que você faz quando a fonte dá uma informação quentíssima em off?

V.B.C. — Não há nenhum sentido um jornalista recolher uma informação e ficar com ela para si. Agora, há compromissos éticos que têm de ser preservados. As fontes mudaram muito ao longo destes tempos. Quando eu comecei, na primeira fase, que vai até a Redentora de 64, a principal fonte de informação era o Congresso. Eu frequentava a Câmara dos Deputados todo dia, ao longo de toda sessão. A casa mais efervescente na época era a Câmara, até pelo número de deputados. Acessoriamente frequentava-se um gabinete de ministro. Os contatos com o presidente eram e continuam sendo esporádicos. O único presidente acessível à imprensa que eu conheci ao longo destes 43 anos é José Sarney. Sarney recebeu mais jornalistas para a conversa, para o café-da-manhã, para o almoço e para o jantar do que todos os presidentes que eu conheci juntos. Acho que a imprensa explorou muito mal a fonte chamada Sarney. Ia-se lá para tomar café-da-manhã só para lembrar que ele tomava café com jirimum; isto até que era uma coisa muito simpática: uma pessoa que mantinha os seus íngenuos hábitos provincianos.

Antigamente quando se tinha uma informação política importante e exclusiva, preservava-se só a fonte. Uma vez ou outra alguém te passava uma informação servia para você se rotacionar, se você tinha a informação

exata, pelo menos não caía na informação equivocada, e sempre dava um jeito de insinuar ou dar uma dica ao leitor mais atento, para ele perceber que a informação era aquela. Hoje, 90% da informação sai do governo. A oposição está inteiramente caótica, desorganizada, sem liderança. Que informação a oposição dá hoje ao repórter? Nada. E a bancada governista, ainda mais neste governo superfechado, centralizado no presidente, não sabe de nada, é surpreendida pela informação. Este governo também é fechado. Há quatro ou cinco fontes de informação que eu conheço confiáveis no governo e que tenham o hábito de conversar com os jornalistas. É uma coisa preciosa hoje para o repórter ter uma fonte confiável no governo. Elas são muito poucas.

Com esta informação assim centralizada fica muito fácil identificar a informação sigilosa. Em geral, a informação que você recolhe do governo hoje já vem no pressuposto que você tem de preservar a fonte e, às vezes, você tem que combinar a forma de dar. Informação dada à jornalista é pra publicar. Eu não tô aqui para fazer fotocópia, eu não quero informação pra mim, pra conversar em casa, com os amigos.

Z — Quem dá a informação: o primeiro ou o segundo escalão?

V.B.C. — A melhor fonte do governo hoje é o presidente Collor, porque sabe de tudo. Mas não há nenhum repórter que eu conheça que fale com o presidente Collor todo dia. No meu caso, eu não tenho contato pessoal com ele depois que assumiu a Presidência da República. A última vez que eu o vi foi no último debate da televisão, do qual eu participei. Hoje eu tenho uma relação bastante razoável com o Cláudio Humberto, que é um informante precioso. Há um Cláudio Humberto porta-

Adesão do povo à greve geral mudava o eixo do País

voz, que é o eco do Presidente da República e há um outro Cláudio Humberto da conversa confiável, confidencial, a dois, montada diante do compromisso ético de que a fonte deve ser preservada.

No Congresso o deputado Ricardo Fiúza é um informante qualificado. A margem do governo federal, mais uma fonte insubstituível é a do governador Antônio Carlos Magalhães, um dos mais competentes informantes. Lá da Bahia ele sabe de tudo o que acontece em Brasília. E há casos individuais, quando o repórter descobre uma fonte própria. Eu gosto muito de citar a Dora Kramer, repórter do Jornal do Brasil, uma jovem senhora, casada, três filhos, que está em Brasília há pouco tempo. Ela descobriu uma coisa simples, mas que tem dado muito rendimento: que as raízes de Collor estão em Alagoas, que as bases do Collor que se transferiram para Brasília estão muito perdidas lá. Em Maceió é muito mais fácil saber das crises, da intimidade do governo. Dora vai a Maceió de dois em dois meses, passa três ou quatro dias, cultiva estas fontes e ampliou a sua rede. Já deu quatro ou cinco matérias de primeira qualidade: a primeira entrevista com o PC foi ela quem fez. Ela contou a briga da ministra Margarida Procopio com a mulher do presidente e recentemente fez uma reportagem completa sobre o julgamento do João Lyra. Não há vez em que ela vá lá que não traga uma grande matéria. Ora, se você for a Maceió, você não vai encontrar nada. Você tem que cultivar isso. A Dora tem fontes que confiam nela, é um exemplo de competência profissional. Ela descobriu um coisa lateral, distante da sua base de apoio e está usando isto de maneira muito hábil.

Z — O que mudou no relacionamento imprensa e governo? Antigamente os jornais possuíam seções fixas para a cobertura do trabalho parlamentar Quem mudou? A imprensa ou os políticos?

V.B.C. — Bom, mudou o quadro. É claro que a imprensa hoje é mais diversificada, tem mais amplitude de informação. A informação internacional chega hoje muito mais completa e analisada. Antigamente, você tinha as agências que mandavam telegramas e esta co-

União Collor-Brizola rachou a esquerda



Villas-Boas: Brizola jamais vai perdoar Lula por não ter levado o PT a apoiar sua candidatura ao governo do Rio

bertura era feita com tesoura e cola. Por outro lado, a imprensa ficou muito empresarial, o espaço custa muito mais e não há possibilidade que a imprensa volte a dar a mesma cobertura ao Congresso que já deu: páginas e páginas. Era comum um grande discurso ser publicado na íntegra. Uma ou duas páginas com o discurso e um deputado hoje é inimaginável.

O enfoque da imprensa mudou. O centro de interesse político se deslocou de um Congresso que acabou, foi marginalizado, punido, castrado pelas cassações, posto em recesso, submetido de joelhos ao Executivo, mantido aberta apenas por um artifício. Este Congresso passou a não ter mais importância. Nenhum jornal do Brasil hoje tem uma seção fixa Câmara/Senado. Não tem e não pode ter. O trabalho no Congresso hoje é tão irregular que não há como você ter uma seção cobrindo coisa nenhuma: sessões vazias, plenário às moscas. Você denuncia isto num dia, fotografia, faz no dia seguinte, no terceiro dia, mas vai ficar meses e meses denunciando isto? Por outro lado, o discurso parlamentar perdeu toda a importância porque estes discursos eram importantes na medida em que um deputado traduzia a posição do seu partido. O partido era personalidade fundamental do jogo político e este deputado traduzia um discurso de peso. Hoje, cada deputado dá um palpite, é uma conversa de bar, porque ele não fala em nome de ninguém, a não ser no nome dele próprio. Não há na Câmara nenhum deputado líder ou não-líder que fale por 10 deputados. Estes líderes de grandes partidos são líderes de ficção de partidos de ficção. Estes são alguns dos fatores que esvaziaram inteiramente a importância do Congresso e que hoje isto desemboca numa perspectiva de crise muito grave. Hoje o Congresso se reaparela para executar suas funções que foram desviadas em dobro por uma Constituição traçada no circuito parlamentarista; portanto inflou o congresso de poderes, atribuições e tarefas que não estão sendo exercidas. É este Congresso vai ser confrontado na primeira crise com o Presidente da República, de claro perfil autoritário.

Z — Mas a imprensa não tem culpa? Ela não boicota os políticos, através de comentários de determinados jornalistas, Alexandre Garcia, da Rede Globo, por exemplo? Tem-se a impressão de que o Congresso não trabalha e de que político é tudo igual. Os comentários dele são generalizados.

V.B.C. — Acontece que sempre houve casos de jornalistas com pouca afeição ao Legislativo e mais carinhosos com o Executivo, mais próximos ao presidente, do poder. Este tipo de queixa e de ressentimento é eterno. Como o Congresso hoje não tem repórteres especialmente designados para a cobertura regular dos seus trabalhos, como não há seções fixas para registrar isto, o Congresso hoje só passa a ser notícia quando ele é fonte de escândalo ou de fatos pitorescos. Na Constituinte não foi assim porque ela foi importante. Ali o país e imprensa tinham a evidência de que estavam sendo decididas coisas importantes que mexiam com a vida de cada um. A Constituinte mereceu uma cobertura bem mais ampla não tanto quanto antigamente. Nenhum jornal do mundo que eu saiba, hoje, dedica ao Parlamento, o espaço que aqui no Brasil já se dedicou. Mas em países parlamentaristas a cobertura do Congresso é muito mais minuciosa porque ali (risos) está o poder.

Z — Mas se houvesse uma cobertura da imprensa mais efetiva em relação aos políticos, haveria uma cobrança e uma fiscalização maior.

V.B.C. — Mas aí é aquela velha história do ovo e da galinha. Como não há cobertura, os trabalhos tendem a esta dissipação, como não há trabalho, não há cobertura. Essas coisas têm de acontecer simultaneamente. No dia em que o Congresso passar a ter importância ele terá necessariamente cobertura e a cobertura vai também pressionar o Congresso para ter mais eficiência.

Z — O que o Brasil perde e ganha com a queda de Zélia Cardoso de Mello e a entrada de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia?

V.B.C. — Com esta troca o Brasil ganhou a nitidez de que o governo está entrando numa nova etapa. A primeira fase do governo esgotou-se, era uma fase montada em cima de um presidente com plena autoridade, um presidente arbitrário que não tinha apoio político, que não queria apoio político porque era um desafio aos partidos, pois ele elegeu contra o status quo, contra a estrutura partidária e institucional do país, quando

esta estrutura estava sendo rejeitada pela opinião pública.

Ganha um ministro com a presunção de competência, homem da maior qualidade intelectual, contra quem não há nenhum tipo de acusação, mas que é ministro que não tem marca, nenhum compromisso com a orientação econômica. Imagina-se que ele seja em economia como o seu pensamento político: um liberal. Ele dá ao governo uma oportunidade de retomar as negociações da dívida externa; ele tem bastante trânsito nos Estados Unidos junto aos banqueiros e ao governo. Armou uma equipe profissional que vai executar uma política com presumível competência. O governo precisa hoje negociar com os governadores, com o Congresso. Está entrando numa fase de ganância lançando projetos populares todo dia. Precisa se entender com os governadores que receberam os estados falidos. Isto reabre a possibilidade do Collor passar da defensiva para uma clara ofensiva política, cujo êxito mais expressivo é a aproximação com o governador Brizola, rachando a esquerda e encontrando um êxito pela esquerda que o Collor antes não tinha.

Z — Este entendimento entre Brizola e Collor não está servindo também para desmantelar a oposição que existia no Congresso Nacional ao governo federal?

V.B.C. — Sem dúvida que sim. Eu considero este acordo absolutamente legítimo. Isto faz parte do jogo político, não há nada o que estranhar. É um acordo que se justifica por si mesmo, pela simples evidência de que ele interessa aos dois lados. Certamente que o Collor e o Brizola têm plena consciência do que estão fazendo. Evidente que o Collor abre para o Brizola a possibilidade de fazer um grande governo no Rio, tirando da fossa em que ele estava. O grande palanque

Desimportância do Congresso abre horizonte de crise

da esquerda no segundo turno das eleições presidenciais já tinha ruído com a crise Brizola-Lula. Brizola jamais perdoará o Lula por não ter levado o PT a apoiar a sua candidatura como governador do Rio de Janeiro e como retribuição ao apoio no segundo turno de 89.

O acordo Collor-Brizola interessa ao presidente porque saiu da crucificação como um "presidente de direita". Isto permite ao Collor também se reaproximar da maioria do eleitorado carioca, que votou maciçamente no Brizola no primeiro turno e em Lula no segundo turno. O Rio está numa decadência terrível, que vai ser agora um pouco contida por uma injeção de dinheiro, também justificada pela ECO-92.

Z — Qual é a avaliação que você faz da greve geral dos dias 22 e 23 de maio? Ela chegou a inquietar o presidente Collor?

V.B.C. — Este testemunho eu não tenho condições de dar. É evidente que o presidente devia estar preocupado com este movimento. Ninguém de bom senso esperou que esta greve fosse de grande sucesso, mas também acho que não houve nenhum profeta que previsse que ela fosse ter um insucesso deste tamanho. A greve teria tido uma enorme importância se ela tivesse dado certo, se ela parasse o país. Fica nítido que o movimento unificou a estrutura sindical e que esta liderança sindical realmente exercia o comando da classe. Se se levasse a classe à paralisação e se a greve fosse respaldada pelo apoio da maioria da população, com ela se declarasse solidária, isto era um fato que já mudava o eixo do país e que ia colocar o governo diante de uma evidência de que ele estava governando em nome de uma minoria, e que a esmagadora maioria estava contra ele. Não acontecendo isso, a sua importância é menor, alivia o governo. Menor no sentido do que eu acho que o governo não vai partir para um arrocho salarial mais violento — mesmo porque não dá mais pra apertar — só porque a greve fracassou. Ao contrário, o governo hoje deve estar imaginando ele próprio tomando a iniciativa de abrir um entendimento direto com a classe trabalhadora por cima das lideranças sindicais fracassadas pelo movimento. Acho que isto vai ter um rebato

violento no comando sindical que entrou num parafuso de crise. Estas lideranças vão ser cobradas, vão ter enormes dificuldades de sustentar as suas posições. Vem aí uma renovação importante. A eleição sindical para CUT, CGT promete uma virada, uma rebordosa.

Z — Você teve alguma participação no Movimento Estudantil?

V.B.C. — Participei. A única militância política que eu tive na vida realmente foi como estudante de Direito. Eu cheguei a ser presidente do Centro Acadêmico em 1945. Em 47, me formei. Como era de tradição naquele tempo, no quinto ano de faculdade, a gente se desligava da militância. Mantinha os seus compromissos com a corrente que pertencia. Em 48, eu comecei a trabalhar em jornal. Seis meses depois eu estava fazendo política. O clima era outro. Eu trazia os resquícios da minha formação na faculdade, anti-getulista, anti-Estado Novo, anti-ditadura e uma admiração pela UDN inicial, que congregava a frente anti-ditadura, mais ou menos o que o PMDB foi na luta pelas diretas, um partido que era o ponto de apoio de uma frente. Mas, à medida em que eu fui me conscientizando da responsabilidade do repórter político, fui entrando na minha caixa de que repórter político não pode ser de partido, não pode ser candidato, não deve trabalhar pra governo, não deve trabalhar para ninguém, não deve aceitar favores, porque a sua credibilidade depende da sua independência; na sua isenção, a evidência da sua imparcialidade. E isto eu cultivo realmente como uma obsessão: não assino manifesto, não digo em quem voto, nem pra minha família, nem a minha mulher sabe em quem voto. Eu voto e esqueço. Eu não tenho nenhuma parcialidade em relação a partido, de modo que quando a minha crítica é mais veemente ou mais irreverente é porque eu acho que naquele episódio o julgamento tem que ser severo. Por exemplo, eu considero que a candidatura do Quêrcia hoje é um escândalo na maneira como ela está sendo montada e há, portanto, uma grave ameaça ao regime.

Z — Você desenhou um quadro dramático sobre a situação política do país durante a sua conferência na Assembleia Legislativa. Usando inclusive uma frase sua, "não há sequer um rastro de fumaça no horizonte", o Brasil tem saída?

V.B.C. — Eu acho que fundamentalmente nós estamos hoje num processo de ajustamento de uma crise institucional que ainda não foi inteiramente resolvida, embora o país viva uma fase de plena liberdade, não há nenhuma restrição à imprensa, as liberdades individuais são garantidas, etc. e tal. Mas não há razão pra gente ficar tranqüilo diante da evidência de que este Executivo é frágil porque é um Executivo que não tem estrutura política de apoio. O Congresso está inteiramente desestruturado, desorganizado, não tem partido, liderança nem regimento. Esta comissão de modernização formada no Congresso Nacional é o primeiro sinal alentador de um esforço sério de tentar reverter este quadro. O país está num caos econômico, numa situação social desesperante, arrocho salarial, pobreza, desemprego. Ninguém pode se declarar otimista diante deste quadro que está aí. Mas há uma consciência de que este quadro está assim e precisa ser revertido. Vamos ver se nós vamos ter competência, habilidade e liderança que reverta isto a tempo.

Z — O que realmente está acontecendo com o Jornal do Brasil, principalmente depois da saída dos quadros mais importantes?

V.B.C. — Este é o tipo de pergunta que eu me declaro constringido em responder, uma vez que o editor que saiu foi o meu filho (Marcos Sá Corrêa), e provocou muita comoção. Eu tenho todos os embaraços e constringimentos para não entrar nesta análise. Ele saiu e eu fiquei.

Z — Ainda sobre Imprensa brasileira, qual é o jornal mais importante do país?

V.B.C. — O jornal do Brasil, e não é porque eu trabalho lá, não.

Z — Um programa de TV ou um telejornal?

V.B.C. — Olha, eu não sou fã de telejornal, porque quando ele vai ao ar eu já sei de tudo. O Jornal do Globo é o mais sofisticado, é mais analítico, tem mais recursos. Os outros eu não tenho tempo de ver. Eu gosto do João Soares Onze e Meia. Esse eu assisto sempre que o sono deixa.

Z — Um livro.

V.B.C. — Um livro é difícil, mas um autor... Machado de Assis, e eu não posso deixar de esconder a minha admiração sempre crescente pelo Eça de Queiroz. Um dos maiores, se não o maior escritor da Língua Portuguesa. Não o mais perfeito, mas o mais sedutor.

Z — Um jornalista.

V.B.C. — Entre os vivos, Carlos Castello Branco e Heráclito Salles.

Entrevista: Ana Cláudia Menezes



Pedro Sirotski e Bruno Schlemper (centro) reunidos para a assinatura

Alunos do Jornalismo ganham chance inédita

Convênio garante aulas em terminais do DC

"Romper definitivamente o distanciamento do curso em relação à realidade profissional", segundo o professor Paulo Brito, Chefe do Departamento de Comunicação, é o objetivo do protocolo assinado entre a UFSC e a Zero-Hora Editora Jornalística SA, proprietária do jornal Diário Catarinense.

Com o convênio, o DC permitirá uso de seus terminais de computa-

dores aos alunos do Curso de Jornalismo com treinamento e supervisão feitas por um professor do Departamento de Comunicação. Numa etapa inicial o curso visa apenas a utilização dos terminais para a produção de textos. Posteriormente se estenderá nas áreas de edição e diagramação.

O treinamento beneficiará prioritariamente os alunos das sétimas e

oitavas fases do Curso de Jornalismo e inicia já no segundo semestre letivo. Vai ser estabelecido um número de horas-aulas que servirá na integralização do currículo como atividade extra-classe.

O acordo foi assinado no dia 4 de junho pelo reitor Bruno Schlemper da UFSC e Pedro Sirotski, vice-presidente da Rede Brasil Sul.

Rogério Mosimann

Estudantes de comunicação vão ter seu XV encontro nacional

Comunicação e Multidisciplinaridade. Esse é o tema do XV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social, que acontece entre 7 e 13 de julho no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Estão sendo esperados cerca de 800 estudantes de todo o país o encontro terá uma programação de palestras e debates, grupos de discussão, oficinas, curso de extensão e atividades culturais.

Os temas das palestras e debates são os mais variados: comunicação e controle social, comunicação e indústria cultural, comunicação e vida urbana, comunicação e questão da terra, comunicação e educa-

ção, comunicação e saúde, e comunicação e juventude. Entre os palestrantes estarão Daniel Herz (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), e os professores Teixeira Coelho (USP) e Nilson Lage (UFRJ).

Nos grupos de discussão serão analisados o tema do encontro, habilidades de comunicação, escolas públicas e escolas privadas, e movimento estudantil em comunicação social.

Entre as oficinas do XV Enecom estão programadas as de teatro I e II, produção e computação gráfica, vivencialidade, fotografia, rádio, vídeo, edição em TV e comunicação e meio ambiente. O evento

vai ter um programação paralela de atividades culturais, com festas todas as noites depois das palestras e debates. Estão sendo esperadas performances, mostra de vídeos, apresentações de grupos musicais, exibições de filmes, jogos de futebol, social, festa à fantasia e do Debut — em homenagem aos XV anos do Enecom) e excursões a Paranaguá - pós-encontro.

As inscrições para o XV Enecom custam Cr\$ 10 mil para estudantes de comunicação social e Cr\$ 12 mil para os demais interessados. A taxa dá direito a alojamento e refeições. As inscrições podem ser feitas com antecedência.

Ricardo Jacques

Projeto quer levar Ilha para a ECO-92

Tirar projetos da gaveta. Reconhecer a ilha como um organismo vivo e único que possui áreas verdes preservadas e outras em completa destruição. É Florianópolis tentando firmar sua identidade como *Patrimônio Cultural e Ecológico da Humanidade*: Uma idéia-semente. A possibilidade de um grande projeto para ser levado na Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente, RJ, em junho de 92. Isto pode abrir as portas para um casamento da ilha com organismos internacionais dispostos a investir na sua preservação. 'A Ilha está no CIO': Você abraça esta idéia?

Pela nova constituição, toda zona costeira é patrimônio nacional, embora falte a regulamentação deste dispositivo. E a ilha, com seus 410 km, mais de 40 praias, duas lagoas, sítios arqueológicos, morros, dunas, mangues e mata atlântica primária é por si só um patrimônio. Então por que a necessidade do título? Para o reconhecimento público em nível nacional e internacional que viabilize pesquisas científicas de proteção e projetos de ecodesenvolvimentos — aquele que harmoniza cultura, ecologia, economia e política com os sistemas biofísicos. É a tese definida da ONU de "desenvolvimento sustentável". É a aplicação da tecnologia branca e da ocupação controlada prevista no programa da Unesco: "O homem e as reservas da biosfera".

"Não há como separar cultura e natureza", diz o ecologista Sérgio Boeira. Vários militantes ecológicos alertam que a ilha não tem mais que 20 anos de existência.

Previsões feitas no Primeiro Mundo indicam que no ano de 2050 os mares subirão pelo menos 50cm como consequência do efeito estufa. A altitude média da ilha é de 20m. Sérgio Boeira explica que estes 50cm acima do nível do mar inviabilizariam, de primeira mão, as instalações sanitárias já tão precárias na cidade. Mas Sérgio não aponta estes dados como motivo de alarme, senão como o momento propício para a sociedade enxergar que esta profunda crise vivida pela ilha é uma mescla de perigo e oportunidade.

Articulação-Outros projetos, como o "Ilha Verde" e o "Parque da Luz", acabaram engavetados. Mas cumpriram seu papel. A idéia da ilha como Patrimônio de Humanidade aposta num caminho que vá do coração para a razão. Por isto pretende se articular a partir das crianças nas escolas e de entidades não-governamentais: O círculo Holístico (ligado à Universidade Holística de Brasília), o Movimento Ecológico Livre (MEL) a Fundação Prometeus Libertus (de psicanálise), a Comunidade da Bahia (religiosa) e a Câmara Júnior Internacional (que desenvolve a liderança em pessoas entre 18 a 40 anos atuação social) já se comprometeram com a idéia.

A semente está lançada. A idéia precisa ser germinada e as propostas cultivadas. Vale lembrar que algumas experiências ambientalistas já são aplicadas em Florianópolis, como o projeto Beija-Flor (separação e reciclagem de lixo), a apicultura, a ostricultura, a estação de tratamento de esgoto na Lagoa da Conceição e o biodigestor no morro da Caixa-que transforma esgoto em gás de cozinha. Mas todos carecem de uma interrelação entre economia, meio ambiente, saúde pública, saneamento para atingir em maior aplicabilidade. Pois ninguém vive isolado, ainda que seja numa ilha!

Karin Vóras



O assessor do Meio Ambiente acha redundante a criação do Parque, que o vereador Rosalino defende e acusa ser outra omissão no cumprimento das leis

Praia da Galheta vira loteamento

Esta parece
ser a intenção
do prefeito

Céu azul, sol, mar cristalino, montanhas verdes... Assim é a praia da Galheta, situada ao norte da Ilha de Santa Catarina. Um paraíso ecológico que se tornou conhecido pela constante presença de adeptos do nudismo durante a temporada de verão. É uma das últimas praias virgens que restam na ilha.

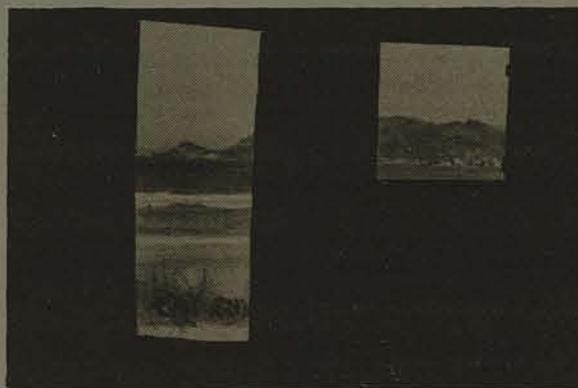
Com a intenção de preservar a paisagem natural da área, o vereador Wilson Rosalino (PDT), criou um projeto que institui o Parque Municipal da Galheta. A área do parque fica delimitada por uma linha imaginária que vai da ponta das pedras que divide a praia da Galheta com a praia Mole, até a ponta do costão que divide com a Barra da Lagoa.

O acesso ao parque será apenas por uma trilha de pedestres. Lá não será permitida a presença de qualquer veículo motorizado. Também serão proibidos o corte de árvores, edificações e atividades de caça e pesca predatória. O parque vai servir ainda para a realização de estudos científicos e atividades de recreação e lazer.

O projeto foi encaminhado à Câmara Municipal em 15 de fevereiro de 1990. Em 21 de setembro teve sua aprovação pelo Legislativo, após sete meses em tramitação. Agora o parque já é uma realidade — pelo menos no papel — conforme a lei 3.455/90. No entanto, está esperando há mais de oito meses pela assinatura do prefeito de Florianópolis, Bulcão Vianna, para conseguir sua regulamentação.

Omissão — Wilson Rosalino não está satisfeito com essa demora: "É aí que temos mais uma omissão do prefeito da Capital. A prefeitura tem sido omissa no cumprimento das leis". Segundo Rosalino, a prefeitura dispõe de condições financeiras para realizar a implantação e manutenção do parque. "Não é uma coisa muito custosa. É absolutamente possível de ser realizada", acredita o vereador.

Enquanto o projeto não é regulamentado, a área da Galheta corre os riscos da poluição e devastação. A praia recebe constantemente a visita de turistas e surfistas, que por não encontrarem uma infraestrutura adequada deixam suas marcas pela areia: lixo de toda a espécie, desde garrafas e latas vazias, até restos de alimentos. Há também na praia uma construção. Uma casa modesta que foi reformada



Da janela, seu Valoar vê a sujeira crescendo

de um rancho onde eram guardados barcos de pesca. Nela mora sozinho Valoar Ferreira da Silva, que foi contratado por um proprietário da área para tomar conta do local. "Eu fiscalizo tudo por aqui e quando percebo qualquer problema grave, chamo a polícia ou o dono do terreno", conta Valoar, que também queixa-se da grande quantidade de sujeira que as pessoas deixam após visitarem a praia.

"Redundante" — Há uma grande divergência de idéias entre o criador do projeto e os responsáveis pelo seu cumprimento. Alfredo Sarau, assessor do Departamento do Meio Ambiente da prefeitura, acredita que qualquer investimento na área seria um desperdício. "Desconhecemos qualquer tipo de agressão ao meio ambiente por lá". Sarau é contra a criação do parque.

"Talvez daqui muitos anos este parque venha a ter alguma utilidade para a população, por enquanto ele é absolutamente redundante", declara o assessor. Ele acredita que pelo fato de a Galheta já ser considerada área de preservação permanente-APP, já está protegida e nada vai mudar.

Wilson Rosalino lamenta que em uma cidade como Florianópolis haja pessoas que pensem desse modo. "Criar um parque não é simplesmente dizer que não se pode cortar árvores, pois um parque não é uma floresta virgem, que deve permanecer intocada, inacessível. Pelo contrário, deve ser uma área destinada à preservação, mas que sirva ao mesmo tempo à cidade e às pessoas", explica o vereador.

Além do descaso da administração municipal, outro problema pode ameaçar o parque da Galheta: a falta de verbas destinadas pela prefeitura para a indenização de áreas tombadas. O Departamento de Obras da Secretaria de Urbanização e Serviços Públicos (SUSP), constantemente depara-se com proprietários que se sentem no direito de construir

em seus terrenos, já que não receberam nenhum tipo de indenização. Segundo o engenheiro Antônio Carlos Vieira, responsável pelo departamento, isso dificulta a ação dos fiscais. "Algumas vezes os proprietários requerem judicialmente o poder sobre a área e nós ficamos de mãos atadas. Então a fiscalização é acusada de ineficaz", lamenta o engenheiro, que acredita que o grande impasse das leis dos parques é que junto com elas não são criadas leis de desapropriação.

Indenização — Rosalino acredita que a prefeitura tem condições de arcar com essas indenizações. "Quando criamos o parque, também criamos esta responsabilidade para a prefeitura", argumenta o vereador. Ele teme que aconteça com o parque da Galheta o mesmo que aconteceu com o parque da Lagoa do Peri, no sul da Ilha. Durante os treze anos em que o parque existe, nenhum proprietário foi ainda indenizado.

Os proprietários da Galheta encontram-se muito preocupados com isso. É o caso de Alcione de Souza, que ainda não recebeu nenhum comunicado oficial a respeito da criação do parque. "Eu acho o projeto muito válido para a preservação ecológica. No entanto os proprietários saem prejudicados, afinal essa área em breve poderia ter uma valorização imobiliária. Acho que deveríamos ser indenizados, mas a gente sabe como são essas coisas... acaba ficando por isso mesmo", desabafa Alcione.

Além da lei, uma consciência ecológica geral seria extremamente necessária para evitar que com o passar dos anos haja uma degradação da área do parque da Galheta. A praia Mole, situada ao lado, já tem seu projeto de urbanização aprovado. É preciso então tomar cuidado para que quando a especulação imobiliária chegue ao local, não se estenda até a Galheta.

A importância do Parque Municipal da Galheta vai muito além do sentido ecológico. Preservar uma praia em seu estado natural é uma maneira mais barata e humana de partir em busca de uma diversidade turística. Segundo Rosalino, só essa inovação de se ter uma praia intocada, como a Galheta, ao lado de outra que logo estará urbanizada, como a Mole, diferenciaria Florianópolis de outras cidades. "Acho que se não tiver em Florianópolis algo que distinga de um Balneário Camboriú ou de uma Copacabana, os turistas não teriam muitas razões em vir para cá. Eles encontrariam praias aos moldes de outras que já são pólos turísticos", comenta o vereador, e completa: "É preciso ter a ousadia de criar um projeto deste tipo para evitar que Florianópolis se enterre como cidade turística".

Wilson Cordeiro

O folclorista Gelci Coelho, o Peninha, que todos os anos faz o presépio à moda açoriana de baixo da Figueira da Praça XV, viu pela TV os preparativos da procissão de Corpus Christi no Centro de Florianópolis.

— Está acontecendo uma revolução — respondeu a um repórter.

Desde cedo, mais de 700 pessoas de movimentos populares, irmandades, associações de bairro, clubes de serviço, repartições públicas, colégios, casas comerciais e moradores dos edifícios enfeitavam as ruas do centro para a procissão, à tarde. Pó de café, serragem e areia colorida, tampinhas de garrafas revestidas de papel brilhante, pedaços de isopor e tecidos, cartolinas e flores eram transformados por mãos de artistas anônimos em quadros estendidos pelo chão, acessíveis à apreciação gratuita do público. O jogo de linhas, cores e formas reproduzia os símbolos cristãos pintados nos vitros da catedral: Nossa Senhora, o cordeiro (Molado), o Espírito Santo em forma de pomba, cachos de uva pendurados de cálice e em Jesus Cristo de braços enormes com uma Terra partida entre as mãos e um ponto de interrogação feito chaga no peito — “Será este o mundo que criei?”

É manifestação religiosa com mostras de arte popular que os católicos repetem no mundo inteiro desde o século XIII e que ganha novo fôlego no Brasil, depois que os bispos, reunidos em Itaici, São Paulo, em abril deste ano, desencadearam uma nova cruzada de retorno à religiosidade tradicional, à religião que se pode tocar com as mãos.

Peninha lembra que há vinte, trinta anos este espetáculo na Capital era ainda mais belo. As fachadas das casas nos caminhos da procissão viravam altares e havia disputa entre as famílias para expor a melhor “oferenda”. Nos últimos anos, essa tradição se apagou à sombra dos edifícios que tomaram o lugar dos casebres açorianos e da infinidade de seitas que disputam fiéis com a Igreja Católica.

O vigário da catedral, padre Pedro Koehler, constata que há “um grande ressurgimento espiritual. Rezamos uma média de 140 missas todos os finais de semana na Capital e as igrejas estão quase sempre cheias”. Koehler acredita que só adere a outras seitas que não pratica o catolicismo. “São os católicos folclóricos”, diz.

Folclóricos ou praticamente, os católicos lotaram o largo da catedral para a missa de Corpus Christi, que durou uma hora e meia sob um sol de 30 graus do veranico de maio. Houve quem procurasse a sombra das árvores da Praça XV, entre vendedores



Fiéis (e os bispos) querem recuperar rituais quase esquecidos

Católicos querem a religião que se toca com as mãos

Volta à tradição tenta recuperar fiéis

de picolé e algodão doce, mas sem se desligar da cerimônia nas escadarias da igreja, que já foram palco de muitas lutas por uma vida melhor, se possível aqui na Terra.

Mas o que se viu naquela quinta-feira, dia 30, não foi comício, não foi protesto. Em vez de discursos, rezas; em vez de palavras de ordem, pedidos, preces, uma cantoria, quase em sussuro de cândida sinceridade, de honesta súplica, a nobre humildade das beatas e, apesar das roupas da moda, a formidável promessa de renunciar às coisas do mundo.

Uma promessa pronunciada com honras e pompas ao “Rei dos reis” — Jesus Cristo — que, como disse um padre, merece muito mais homenagens que o príncipe Charles e a princesa Diana.

A missa também lembrou

tempos antigos em que bispos e padres faziam sermões nos adros das catedrais. Dom Euzébio Scheid, arcebispo de Florianópolis, explicou o sentido do Corpus Christi, a festa da instituição da Sagrada Eucaristia, criada pelo Papa Urbano IV no dia 11 de agosto de 1264, depois de confirmar um “milagre”: um padre europeu perturbado por dúvidas sobre a presença real de Cristo na Eucaristia, vira, de repente, que corria sangue da hóstia consagrada que acaba de partir. A Europa estava sendo sacudida por heresias e ilhada pelos árabes, um momento propício para um movimento de volta à religiosidade.

Depois da missa, a procissão. Fiéis e curiosos fundem-se numa massa humana que desce a Arcipreste Paiva como um lento rio de planície; sobre a ladeira da Rua dos Ilhéus, deixando culpas

pelo caminho. Rezam e cantam sem parar. Pedem com os olhos, com a boca, com as mãos e o coração. E com pés desmancham a arte sagrada esculpida com fé e paciência sobre ao ar livre. O prefeito Bulcão Vianna ajuda a carregar o pálio que protege o bispo e o Cristo-hóstia, lembrando os tempos da “santa aliança” Igreja-Estado. O catolicismo foi religião oficial do Brasil até 1890.

No meio deste rebanho tângido pela crença num milagre nascido da dúvida é ainda possível encontrar quem confesse a fé sem renegar a razão. Aécio Gandolfi Ouriques, um homem de cabelos grisalhos que, em 1990 foi candidato a deputado federal pelo Partido Social Cristão, o partido do peixinho, chama a atenção do repórter para uma sigla que aparece muito nos

tapetes e trilhos desenhados no chão: JHS — Jesus Salvador dos Homens. “É o novo lema dos bispos brasileiros”, diz, antes de dar a sua opinião sobre o fenômeno das procissões que ressurgem com toda a força.

A procissão era a grande passeata de antigamente. O adro das catedrais era também espaço cultural. Foi neles que Gil Vicente — precursor da literatura portuguesa — começou encenando seus atos. A Igreja exerceu a hegemonia cultural na Idade Média. Já no século XX, grandes movimentos como o comunismo, esvaziavam as catedrais e passam a encher as praças. O estandarte e o andor são substituídos por enormes cartazes de líderes políticos, como Lenin na União Soviética e Mao Tse Tung na China, a bíblia dá lugar ao Livro Vermelho. Houve uma substituição das imagens religiosas por ídolos políticos, que agora estão em baixa.

Um sinal desse novo tempo pôde ser visto ali nas escadarias da catedral: a missa animada com guitarra, órgão eletrônico e atabaque. O antropólogo Roberto da Matta, em *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rocco), arrisca para uma explicação para este tipo de manifestação religiosa: “As formas coletivas de comunicação com o sobrenatural, que envolvem a maioria dos sentidos, seriam mais fortes e irrisíveis aos santos, deuses e espíritos do que as modalidades individuais em que apenas um sentido está envolvido”.

Da Matta tenta ainda decifrar outros rastros do caminho que o brasileiro percorre à procura de Deus: “A linguagem religiosa do nosso país é um idioma que busca a possibilidade de salvar todo mundo e de em todos os locais encontrar alguma coisa boa e digna. Uma linguagem, de fato, que permite a um povo destituído de tudo, que não consegue comunicar-se com seus representantes legais, falar, ser ouvido e receber os deuses em seu próprio corpo. Somos um povo que acredita profundamente num outro mundo, onde não haveria mais sofrimento, miséria, poder e impossibilidade desumanas. Todos seriam reconhecidos como pessoas nesse céu à brasileira”.

Talvez, não se trate uma revolução e seja inútil procurar explicações para a resposta de um povo a um velho slogan da Igreja — Jesus Salvador dos Homens — que ainda consegue reunir muito mais gente do que uma chamada eletrônica à greve geral. Ou teria mesmo razão o comediante americano Leonard Schneider (1924-1966)? “A cada dia mais e mais pessoas estão se afastando da igreja e se voltando para Deus”. É o mistério da fé.

Geraldo Hoffmann

Brasil retoma a tradição do Corpus Christi

Na centenária Ouro Preto (MG), as sacadas e janelas amanheceram decoradas por toalhas bordadas e na ruas estreitas os tapetes feitos de flores completavam três quilômetros. A tradição de Corpus Christi nesta cidade é cultivada há mais de 200 anos e desta vez uma procissão reuniu milhares de pessoas num percurso que durou quase duas horas. Em Belo Horizonte cerca de 100 mil pessoas lotaram o Mineirão para uma missa campestre e em Brasília outras 15 mil acompanharam a celebração de D. José Falcão. Corpus Christi reuniu brasileiros de norte a sul.

Mesmo na violenta Rio de Janeiro uma outra procissão percorreu as ruas do centro da cidade. A arquidiocese convocou os católicos para recuperar a tradição que já estava quase esquecida. Durante a missa, a catedral do Rio ficou lotada de crianças vestidas de anjo. Em São Paulo, onde a taxa de desemprego bateu recordes nos primeiros meses deste ano uma procissão quilométrica foi da Praça da República até a Praça da Sé. Neste ponto, onde é registrado o maior número de assaltos, Dom Paulo Evaristo Arns, rezou uma missa diferente.

Tradição — Na homília, o arcebispo de São Paulo fez uma convocação: "Aqueles que têm poder, devem seguir o exemplo de Cristo". A cúpula da Fiase e o empresariado paulista, responsável pelo maior pedaço do PIB brasileiro, não participaram da missa na Catedral da Sé. Mas os telejornais de todas as emissoras reproduziram o sermão de D. Paulo. Neste dia de Corpus Christi, o Brasil acabou revelando uma faceta que os próprios brasileiros desconheciam.

Mas uma faceta trabalhada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que determinou a todas as dioceses recuperar a tradição de Corpus Christi em meio a maior recessão econômica já vivida pelo país. Em Fortaleza, o arcebispo D. Aloísio Lorscheider acabou inflacionando a celebração. A cidade foi a que reuniu o maior número de católicos em procissão. Seis procissões cortaram as ruas da capital cearense para a reunião na missa rezada por D. Aloísio.

Rosane Porto

Teenagers ganham espaço

Folhateen e Matéria-Prima são só deles

A mídia brasileira está descobrindo mais um filão a ser explorado: a adolescência. Hoje a guirizada dos 12 aos 20 não quer mais saber de aparecer no Sílvia Santos. Eles fazem fila para participar do *Matéria Prima*, excelente programa que a TVE transmite diariamente em rede nacional ao público jovem. O jornal *Folha de São Paulo*, por sua vez, também parece ter descoberto a puberdade e vem publicando há cinco meses o *Folhateen*, caderno semanal que salva os *teenagers* das revistinhas melosas que invadem o mercado editorial.

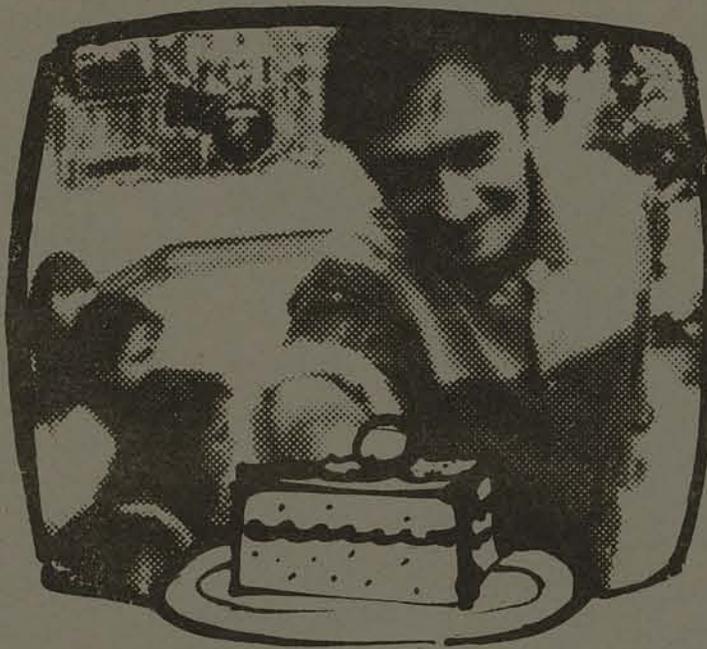
A fórmula do *Matéria Prima* (transmitido ao vivo de segunda a sexta-feira às 19h30min e aos sábados reprise às 18hs) não tem nada de especial: um auditório com um telão, vários monitores de TV, latões espalhados pelos cantos, um apresentador carismático (Serginho Groisman) e... centenas de adolescentes.

Essa massa colorida de jovens é a grande responsável pelo sucesso do programa, que no dia 18 de junho comemorou o seu primeiro aniversário com uma festa no ginásio do Ibirapuera.

Ultimamente o *MP* tem sido a grande sensação da TV brasileira. Alcançou um ponto de audiência no Ibope, coisa rara em se tratando da TV Educativa, que não inclui dramalhões em sua programação. Não demorou muito e o apresentador Serginho Groisman, 40, passou a ser convidado para brilhar em outros programas. Chegou a baixar com platéia e tudó na Hebe.

Lorotas — O *MP* é dividido em dois blocos. Primeiro, melhoria de entrevistas com o convidado do dia, geralmente gente do meio artístico-cultural. É o momento de maior concentração dos estudantes, que vêm de várias escolas de São Paulo e espalham-se pela arquibancada, cadeiras ou pelo chão mesmo. Eles ficam atentos, pensam e tomam coragem para falar. São eles que fazem as perguntas ao entrevistado. Mas, às vezes apesar do esforço, só sai besteira e os colegas caem na gargalhada. Alguns convidados parecem atrair perguntas tolas, e se não tiverem habilidade para acrescentar algo mais às respostas, a entrevista vai por água abaixo.

Mas se o convidado for do meio político ou se estiver frequentando os noticiários, a garotada acorda e não dá trêgua nas perguntas. A espontaneidade dos estudantes desarma os entrevistados e dá graça ao programa. Todo mundo fica tão à vontade que o telespectador, se tiver sorte, pode ver convidados contan-



A simpatia de Serginho Groisman deu certo: um ano de sucesso



As abobrinhas...

... e capas inquietas

do lorotas, como o humorista Chico Anísio, que afirmou que a Rede Globo não pôde transmitir a campanha das Diretas-Já, em 1984, por imposição da Censura Federal.

Mesmo assim, o prestígio do *MP* garante a presença constante de personalidades, da bela Luísa Brunet ao controvertido Maílson da Nóbrega. Para os jovens é um exercício de cultura. Para quem assiste, uma fuga do chá-de-comadres que se vê em outros programas.

Rara oportunidade — No segundo bloco, todo mundo desbunda: é a vez da música e por ali desfilam velhos e novos gru-

pos de todos os gêneros. Mas o espaço é reservado principalmente aos covers (grupos que especializam-se na reprodução do som e até aparência de cantores ou grupos famosos), que vão de Elvis Presley a Guns N'Roses. Se na primeira parte do programa só aparecem figuras consagradas, na segunda o *Matéria Prima* se redime e abre um espaço que a imprensa cultural tem se negado a dar aos novos músicos.

As terças-feiras o artista plástico Guto Lacaz aparece com a sua "Introdução às Artes e à Ciência" e de vez em quando Kid Vinil dá dicas sobre rock. O programa é muito interessante para quem quer dar uma olhada na fauna que está fazendo sucesso no país, e na cabeça do jovem dos anos 90. Para os adolescentes, é uma das poucas oportunidades de expressão.

Experimental — Já o caderno

Folhateen, criado no começo do ano pela *Folha de São Paulo* e que circula toda segunda-feira, foi antes de tudo um saque comercial do jornal. Cativando leitores adolescentes hoje, eles tentam manter o leitor adulto do futuro. O suplemento é claramente destinado a uma classe-média alta, que tem condições de consumir.

Graficamente, o caderno se difere dos outros suplementos da FSP por ser muito mais arejado (as suas seis páginas são preenchidas principalmente por fotografias). Lançado durante a mais recente "mini-reforma" editorial do jornal, o *Folhateen* logo tornou-se uma espécie de espaço experimental. Em sua ansia de se manter sempre "moderninha", a *Folha* chegou a adotar parte das novidades estilísticas do *Folhateen* em outros cadernos.

Seu público-alvo parece ser o jovem ideal dos anos 90. Por isso o caderno tem pretensões a ser uma espécie de guia multimídia, para pessoas que se interessam por cinema, vídeo, TV, música, quadrinhos, ecologia, beleza, saúde.

Mas a parte mais útil acabam sendo as duas páginas destinadas aos pré-vestibulandos, onde a cada semana é apresentada uma profissão e o perfil de seu respectivo curso superior, polêmicas e questões ligadas a eles, além da agenda de provas e matrículas e entrevistas com profissionais do ramo. Foi esse caminho que seguiu o *Cola*, suplemento de *O Estado de São Paulo*, atualmente indicado pela Assessoria Brasileira de Ensino para ser adotado como parte do currículo nas escolas.

Patrícia é virgem? — O espaço predominante do *Folhateen* ocupa-se demais com novidades e modismos. O melhor exemplo disso é a coluna *Sobe-desce*, onde objetos e comportamento são apontados como "in" ou "out", indicando ao adolescente como comportar-se para estar enturmado. A contracapa geralmente traz o perfil de algum adolescente pós-adolescente, todos sempre belíssimos e impecáveis. Musas e modelos a seguir.

Mais interessante que essa baboseira unilateral (quem disse que o adolescente quer saber se o cabelo da Maria Paula está em baixa, se as loiras estão em alta ou se a Patrícia ainda é virgem?) é o papo de Marcelo Rubens Paiva na página dois e a iniciativa de dar espaço aos leitores para que publiquem suas críticas culturais, iniciativa que já está sendo ampliada pela editoria num trabalho junto a algumas escolas.

A concepção básica do *Folhateen* é louvável. Só não dá para agüentar o ar pretensioso, característico da *Folha*, e quantidade de cultura inútil (abobrinha) que o caderno contém, imperdoável num país onde o nível cultural já é tão raso.

Nilva Blanco

Jornal de verdade

A negritude de Ba Mamour

Brava moçada do Zero:

De repente, em meio a essa eterna neura da redação — muitos tapas, nenhum beijo, pautas furadas, montanhas de abobrinhas (releases, fax, telex...), choradeira de repórter mancada de fotógrafo, bronca de editor, esporro de chefe, pentelhação de visita, telefone não dando trégua, TV mostrando o que não é, rock pauleira comendo solto na rádio, grilos mil, contas pra pagar, dinheiro pra garimpar, etc, etc, etc... - de repente, a rotina da manhã é quebrada com a invasão de um tipo elétrico, cara de maluco, que despeja na minha mesa uma pilha de Zero.

Com a naturalidade de um robô, acostumado a receber-ler-processar porrilhões de informações por hora ao quadrado, apanho um destes exemplares recém-saídos do forno das rotativas e passo a degustá-lo. Calmamente. Tudo zen. Sinto cheiro de jornal. Gosto de jornal. Curtindo a capa já bate um leve tesão. incrível: é jornal da verdade. Conseguiram! As páginas transpiram notícia e mostram coisas que há tempos meus olhos não viam. Tateando, bolinando cm x cm de cada coluna, o tesão vai aumentando. Diagramação esperta, bons títulos, fotos que resgatam a ação-emoção do viver cotidiano e que estamos desaprendendo a captar, reportagens honestas, como nos bons tempos na base do "doa a quem doar". Enfim, um jornal de verdade. Um pasquim redondinho, redondinho. Beleza.

A continuar assim, se se mantiverem assim, em breve os jornais de SC voltarão a ser Jornais (com maiúscula). Mas, enquanto isso...

Aquele abraço,

Eduardo Paredes

Chefe de reportagem de O Estado



Ba Mamour não acredita em dança na ponta dos pés

Vida é o que corre pelo suor de seu corpo, pelas palavras que ele fala olhando nos olhos de cada um, é o presente que ele oferece em seus shows e cursos. "Não vim aqui para ensinar dança, nem cultura negra", diz o senegalês Ba Mamour, "mas uma forma de viver melhor". Isto porque ele acredita que arte, medicina e dança têm uma só origem: a espiritualidade. Ba Mamour esteve pela segunda vez em Florianópolis dando curso de ritmo, dança e improvisação e fez uma apresentação no dia 12, com o teatro da UFSC lotado.

Em seus cursos fez cada um soltar som, corpo, improvisar ritmos e sorrir. Explicou que macumba é envolver as pessoas numa energia positiva, trazer o mar, a lua, a terra para dentro de nós e agradecer a dádiva: "esta é a verdadeira religião". Por isso é que na África os rituais e as danças são feitos dentro das florestas, nos mares, de cara para a lua! Por isto Ba Mamour acredita na vida que existe em cada um, nem que seja nos 10% de saúde que ainda restam a um inválido. E recomenda que se faça macumba com o doente para passar energia positiva. Deve-se olhar nos olhos dele, envolvê-lo como a uma criança: "esta a verdadeira religião". Diz para se fazer o mesmo com às crianças, embalá-las corpo-a-corpo, fazer ritmo e dançar com elas.

Ba Mamour não admite que alguém pise na ponta dos pés para caminhar ou dançar porque é gente, pisa no chão". E este pisar com força que embala a dança afro e onde reside o segredo da cultura africana. A força vem da terra, dos pés, da raiz de cada um. Por isto Ba Mamour recomenda: "Preservem suas origens, suas raízes, a cultura afro-brasileira". Porque quem tem cultura vai a qualquer lugar. Quem não tem fica no meio do caminho. O talismã que Mamour oferece é o de sua cultura, o pé no chão. "Digo isto não porque sou negro, mas porque o Brasil é negro".

Karin Vêras

ARTES

Censor de plantão

"Li estarecido a última edição do jornal laboratórioZero, especialmente o "artigo" assinado por Sílvia Pavesi, na página cartolada "Rin-Tin-Tin", traçando perfil de Hélio Costa, misto de repórter de polícia, esporte e assessor de imprensa da SSP (Pavesi - seria a filha do Elizeu? - esqueceu o "detalhe", sorry!)/ A garota conseguiu ser mais realista do que o rei. Da mesma forma que Hélio não dá chances para seus entrevistados - interrogados, Pavesi (deve ser a filha dele, sim!) não deu chance a (sic) sua pauta. Nada a faria mudar de rumo, com certeza. Sua conclusão apoteótica é uma verdadeira pérola fabricada - logo percebe-se em laboratório. Nem como fiscal do sindicato ela serve. Sugiro que o Zero lance espaço cartolado "Auto de Infração" e conceda a senhorita Pavesi sua titularidade. (...) Caça às bruxas, pelo jeito, não sai de cena nunca."

Eduardil Gomes de Sá

Rembrandt, Renoir e Michelangelo estão no Cruz e Souza

O Palácio Cruz e Sousa decidiu prorrogar até o dia 4 de julho a belíssima exposição das 75 reproduções exatas das obras-primas que compõem o acervo do Museu Albertina, de Viena, na Austria. A técnica utilizada na confecção das cópias se baseia em um processo praticamente artesanal, não deixando sequer a retícula. Trata-se de um procedimento superior à reprodução gráfica simples.

Podem ser vistas as obras de grandes artistas como Renoir, Michelangelo, Rembrandt, Rafaelo Santi, Rubens e outros. Mais alguns detalhes sobre a exposição: a coleção gráfica do Museu Albertina foi iniciada em 1776 pelo Duque Albert de Sachsen-Teshen, marido da arquiduquesa Maria Cristina da Austria, tia da Imperatriz Leopoldina do Brasil. O museu austríaco possui em seu acervo 50 mil desenhos e cerca de 1 milhão de obras gráficas impressas. O Palácio Cruz e Sousa fica na Praça XV de Novembro e está aberto de terça a sexta-feira entre 10 e 20 horas. Nos sábados e domingos, das 10 até as 18 horas.

Informações pelo telefone 24-1300.

Schwanke, Kronbauer e Kabregu ficam no MASC até o dia sete

O Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) recebe até o dia 7 de julho os trabalhos dos artistas catarinenses Luiz Henrique Schwanke e Rui Kronbauer, e da uruguaia radicada em Porto Alegre Mônica Kabregu. Schwanke, o único catarinense selecionado para a Bienal de São Paulo, mostra as suas obras do período de 1976 a 1980. Kronbauer apresenta 28 trabalhos em óleo sobre tela e técnica mista. Mônica Kabregu expõe os seus trabalhos em dibultura, técnica que mistura desenho com escultura.

O MASC fica no Centro Integrado de Cultura e o horário de visitação de segunda a sexta, vai das nove ao meio-dia e das 13 às 21 horas. Sábados, domingos e feriados entre 17 horas as 22 horas. Informações pelo fone 34-2166.

Alemães mostram sua arte de rua no saguão da reitoria

Uma exposição do instituto Goethe de Munique, composta de fotografias sobre a arte em espaço público da cidade de Bremen, na Alemanha, está em exposição no hall da reitoria da UFSC até o dia 30 de junho. Esta exposição, dividida em quatro segmentos, mostra o que é produzido pelos artistas em praças públicas, parques, escolas, hospitais e inclusive em edifícios privados, num total de 150 obras desde que foram criadas em 1973. Dentre os mais conhecidos estão cerca de 50 murais que sobressaem pelo seu tamanho e colorido.

Os artistas já não considerados "malditos" pelos moradores, ao contrário tornaram-se cidadãos respeitados e a sua arte parte integrante do panorama urbano da cidade.

A exposição "Arte nos espaços públicos" está aberta de 2ª a 6ª feira das 8 às 22 horas.

“Governo Collor já acabou”

Depois de *Bilbao Cabaret*, em 1988, Cida Moreyra visitou Florianópolis com *Recital*, apresentado em maio, no Centro Integrado de Cultura - CIC. Um show “mais delicado”, como ela mesma definiu e predominantemente acústico. No palco Cida canta e toca piano, acompanhada pelos músicos Gil Reys e Fábio Tagliaferri. No cenário nenhuma sofisticação apenas um fundo negro, pois sua voz e dramatização preenchem o espetáculo e tornam sua interpretação única.

Aos dez anos de carreira e quatro discos lançados, ela faz parte de uma extensa lista de cantoras que despontaram entre o final dos anos 70 e início dos 80, quando houve uma recomposição na música em nível mundial. Em 1985, o seu show foi incluído entre os dez melhores do eixo Rio-São Paulo e na apresentação com Wagner Tiso, recebeu a classificação de “melhor dupla de todos os tempos” do projeto Pixinguinha. Ela foi ainda, uma das fundadoras do teatro Ornitorrinco em São Paulo, que produziu espetáculos inovadores e irreverentes.

Nesta entrevista, Cida Moreira fala um pouco de música, política e sua vida.

Zero - O que significa o show *Recital*?

Cida Moreira — Eu comecei a pensar num show assim quando eu fiz uma temporada, este ano, só eu e o Gil, num bar em São Paulo. Nós fazíamos uma coisa bem descomprometida de piano e soprano. Eu pensei em montar um show que tivesse essa sonoridade. Eu canto coisas que eu já cantava e com essa história de gravar o disco do Chico Buarque (em julho) o repertório foi aumentando. O show ficou pronto em uma semana, porque já estava tudo encaixado.

Você pretende fazer cinema novamente?

C.M. — Não tem mais cinema no Brasil. Quando tiver eu faço. Este ano só dois filmes estão sendo feitos: o Babenco terminou seu filme agora e o Guilherme está começando a filmar com a metade da verba proposta. Só.

Por causa da extinção da Embrafilme?

C.M. — Sim. Foi o fim do cinema.

E a extinção da Lei Sarney?

C.M. — O fim da cultura. Nós estamos trabalhando de imbecis, no sentido de sermos teimosos. Se você for pensar mesmo, você não faz



Cantora e atriz, não tem convite para o cinema, mas vai gravar com Chico em julho

Cida Moreyra numa conversa franca crítica o governo, o marasmo cultural, o mercado do disco e confessa sua admiração por Zélia.

nada porque não tem jeito de fazer nada. E quando faz é em condições super adversas. Você dificilmente ganha aquilo que teria que ganhar. Isso não só do lado de quem está no palco mas fora do palco também. Em toda manifestação artística os incentivos estatais são mínimos, você fica aí chovendo no molhado, numa estressafrá desgraçada.

Você tem intenção de fazer produção independente outra vez?

C.M. — Nem pensar. Estou fazendo pela Kuarup Discos, que trabalha com projetos musicais de altíssimo nível. Uma gravadora pequena, não independente, pelo amor de Deus. Porque independente cheira a amadorismo completo. Em gravadora eu pude gravar em estúdio, com as pessoas que eu queria fazer dois puta discos, com condições técnicas. Mas a pentelhação é a mesma, a má distribuição também. É tudo igual.

Você tem planos para gravar no exterior?

C.M. — Não. Eu quero cantar no exterior, gravar não sei. Ganhava mais dinheiro e fazia mais sucesso. Seria mais considerada no exterior do que no Brasil porque este é o caminho natural de quase todo artista brasileiro.

Você é psicóloga, atriz, pianista, cantora. E seu lado de mãe, como é?



Nesse quadro: só shows

C.M. — Um inferno. É tudo. O mais importante na minha vida, junto com a música, claro.

Sobra tempo para sua filha?

C.M. — Todo tempo meu é dela. O que sobra eu faço show. É ao contrário: eu sou uma mãe que canta. Eu trabalho vinte e quatro horas por dia, com música e com a criança. Só. Eu só faço isso na minha vida.

E como você avalia a música popular brasileira hoje?

C.M. — A música brasileira é a mais linda do mundo. No Brasil inteiro há artista maravilhosos, gente da maior competência fazendo músi-

ca. Só que você tem que fazer uma diferença entre o que produzido e o que veiculado. Se você for pensar em que está sendo veiculado por gravadora, não chega a 10%. E eu te garanto que estes 10% são da pior qualidade. Tirando honrosas exceções com: Caetano, Gil, Roberto Carlos, Bethânia, pessoas que, além de venderem muito discos, são realmente importantes para a música brasileira. Agora pergunta há quanto tempo não grava Elomar, Vital Farias, Paulinho da Viola? Trezentos mil artistas da melhor qualidade estão como eu fazendo shows sem perspectiva nem de veicular o trabalho.

Como você vê este governo?

C.M. — Zero. Este governo é uma pândega. O governo Collor já acabou. Nós temos agora três anos e meio para sustentar esta frustração tremenda. Ele existiu no primeiro mês, aquele susto todo, aquilo era o governo Collor. E a saída da Zélia degingolou muito. O governo era a cara dela. A Zélia significava o mínimo de decência, de ética, de dignidade e de boas intenções.

E o Marcílio (novo ministro da Economia)?

C.M. — Eu sei lá quem é Marcílio. Quem é Marcílio? Dono de banco? Pronto: voltamos à estaca zero.

Entrevista: Claudine Nunes

ZERO



Melhor
Peça Gráfica
I, II e III Set
Universitário
Maio 88
Setembro 89
Setembro 90

Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

Colaboração: Jonas Campos, Paula Marcili

Copy-writers: Jornalistas-professores Gastão Cassel, Gilka Girardello, Ricardo Barreto

Diagramação: Adriana Martorano, Blue, Marta Scherer, Nilva Bianco, Simone Fritsche

Edição e supervisão: professor Ricardo Barreto (MIT 2708 RS)

Fotografia: Jonas Campos, Marta Moritz, Nelson Correia, Paula Marcili, Pedro Melo, Raquel D'Ávila, Victor Carlson, Viviane de Araujo

Montagem: Marinho Laboratório fotográfico: Pedro Melo, Victor Carlson

Textos: Ana Cláudia Menezes, Claudine Nunes, Geraldo Hoffmann, Karin Veras, Marcelo Cassetari, Mônica Linhares, Nelson Correia, Nilva Bianco, Patricia Jacomel, Ricardo Jacques, Roberta Sandreschi, Rogério Mosimann, Rosane Porto, Sara Capraro, Silvana Siebert, Victor Carlson

Acabamento e impressão: Imprefar

Redação: UFSC - CE COM - Curso de Jornalismo - Trindade - CEP 88045 - Florianópolis, SC

Telefones: (0482) 31-9215 - 31-9490

Telefax: (0482) 33-4069

Distribuição gratuita

Circulação dirigida

Sexta: luta é pelo índice único

A temperatura baixa da manhã de sexta-feira 21 não foi capaz de desmobilizar as assembleias dos professores e servidores da UFSC, ambas marcadas para as nove horas. Todas as duas encaminhavam relatos e propostas próprios mas também diretrizes colhidas no dia anterior na Assembleia Geral Unificada dos Servidores Públicos Federais. Além do pessoal da UFSC representantes dos previdenciários, escolas técnicas, Incra, Ibama, mostraram coesão e vão reprisar outras assembleias unificadas: a próxima será realizada às nove da manhã na quinta-feira em local a ser definido.

Entre as decisões comuns, aprovadas em cada uma das plenárias as mais importantes se referem ao encaminhamento de indicativos firmes aos respectivos comandos nacionais da Andes e Fasubra, de que se reforce e enfatize nas negociações, um índice geral comum a todos os servidores públicos federais, como antídoto à inconstitucional MP 296. Com mais de duas semanas de greve, amadurecidos, ambos comandos entendem que é preciso realizar atividades concretas visando a cobertura da imprensa, dar atividade aos grevistas e conscientizar a opinião pública. Assim, esta é uma semana importante nessa direção, com a decisão de atos importantes como o *Abraço na Universidade* e a *Vigília na Assembleia Legislativa* e uma presença expressiva na assembleia unificada dos SPFs.

Professores — Em sua assembleia aprovaram texto de uma carta que deverá ser enviada aos editores dos principais jornais do país, propondo cobertura de um movimento que paralisa 350 mil servidores federais e 42 universidades, fato que está sendo completamente ignorado pela mídia impressa e eletrônica. Dentro dessa idéia de pressionar a imprensa, também foi aprovado que todos grevistas enviem cartas aos veículos sugerindo cobertura e até, ameaçando cancelamento de assinaturas caso isto não aconteça. Também foi aprovada a criação de uma comissão que estude as conseqüências da greve sobre o calendário escolar de 91 e faça um relato na assembleia seguinte. Outra decisão tomada foi a de realizar uma feira dos SPFs, com a venda de vários produtos no centro da cidade na sexta-feira 28. Vai ser a inauguração do sebo de livros e discos, doados por professores.

Servidores — Aprovaram a proposta de realizar atividades unificadas com os professores (veja quadro) e de sua participação massiva nas assembleias unificadas dos servidores públicos federais, que vai ter seu primeiro resultado: a criação de um bônus comum para os fundos de greve. Os 300 funcionários presentes aprovaram também a entrega de listas de frequência no dia 25, como um ato-atividade de greve. Além disso, vão contatar entidades de músicos daqui e do centro do País, para tentar conseguir artistas de renome nacional que façam shows em Florianópolis para contribuir com o fundo de greve. Por fim, foi lembrado que os servidores promovem almoço, que deve ser confirmado até 11 horas da manhã, na ala C do RU, diariamente ao preço de Cr\$ 300,00. (R.B.)

As assembleias condenam a MP 269, querem eixo comum para todos SPFs e vão cobrar cobertura da imprensa nesta semana

Assembleias do dia 18 na universidade

Os professores da UFSC, em sua assembleia do dia 18, avaliaram as duas primeiras semanas de greve nacional e decidiram reforçar, como centro de mobilização, a exigência do índice único para todo o serviço público e a manutenção da isonomia. Os indicativos foram encaminhados ao comando nacional.

No mesmo dia, em Brasília, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, recebeu representantes da Andes e Fasubra para seu primeiro encontro. Ele pediu mais dados para a reunião do dia 21 e adiantou que a solução para os reajustes salariais só poderá se dar em agosto.

A assembleia aprovou também a proposta de enviar cartas e telegramas aos representantes catarinenses na Câmara federal, com o objetivo de pressionar contra a MP 296 e o PL 910. Outro ponto aprovado definiu que quaisquer punições que sejam aplicadas aos professores substitutos, estrangeiros ou recém-contratados, que também aderiram à greve, serão entendidas como penalidades ao conjunto dos professores. E receberão uma resposta coletiva. Foram propostas também por vários professores, a exigência de recursos para a Universidade e a aprovação da LDB.

Servidores — Na assembleia realizada no dia 18 na ala C do RU os servidores decidiram continuar em greve com a participação de mais de 400 pessoas.

Como reforço aos 16 representantes que estão em Brasília, a categoria resolveu enviar a cada congressista catarinense um telegrama, solicitando o empenho para que a Medida Provisória 269 seja rejeitada, a abertura de uma negociação com o governo por uma política salarial digna e cobrar dos parlamentares uma posição contra a política de desmonte dos serviços federais imposta pelo Executivo.

Helena Dalri, presidente da Asufsc, diz que "a participação no movimento é fraca, pois dos 3.200 servidores, apenas 300 estão mobilizados". Para ela, "a estrutura sindical dos servidores ainda está em estudo", sendo um dos fatores de desmobilização da categoria.

Sara Caprario e Marcelo Cassettari

UNIVERSIDADES VENDO

QUEIMA TOTAL!!!

Algumas em bom estado. Inclui estudantes, professores, equipamentos e depto. de pesquisas adaptável às necessidades da sua empresa. Mensalidades a seu gosto. Lucro garantido por lei! Nomeação de reitores de sua inteira confiança.

ÚLTIMAS UNIDADES.

Tratar c/ F. COLLOR - Casa da Dinda - Setor de Mansões Lago Norte - Trecho 10 - conj. 1 - casa 1 - Brasília. Fones: (061) 577.1017 e 577.2036.

Greve é por salários mas também contra esta ameaça

Não perca estas atividades

As atividades aprovadas para esta semana são muito importantes para o fortalecimento do movimento de professores e servidores da UFSC e das outras categorias de SPFs e devem contar com a presença maciça dos grevistas e de suas famílias, especialmente as crianças. A primeira delas é o *Abraço na Universidade*, marcado para **terça-feira, 25, às quatro da tarde**. Os comandos pedem que as pessoas se reúnam na frente da reitoria da UFSC a partir das 15 horas. No mesmo dia, **às seis da tarde** começa a *Vigília* sobre os parlamentares catarinenses na *Assembleia Legislativa* para, por sua vez, pressionarem os deputados federais e senadores catarinenses

no Congresso nacional contra a medida provisória 296, que estará sendo examinada em Brasília. Conforme a votação, é provável a necessidade de AG's ainda na quarta-feira.

Na **quinta-feira, às nove da manhã**, está marcada a segunda *Assembleia Geral Unificada dos SPFs* em greve no Estado, tendo como local a ala C do RU ou o ginásio da Escola Técnica Federal. No mesmo dia, às duas da tarde, os servidores promovem um debate sobre a criação de seu sindicato com representantes da Fasubra, Bancários e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), na ala C do RU. Mobilize-se e traga seu colega que faz greve em casa.